



MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Unidade Temporária da MGAPREV
Conselho Fiscal da MGAPREV

Avenida Carneiro Leão, 135,, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7700 - <https://previdencia.maringa.pr.gov.br>

ATA DE REUNIÃO 12

Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2026, às 13h30min, em sua Sede no Avenida Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Zona 01, Maringá PR, realizou-se a 12.^a Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Maringá Previdência, sob a Presidência do Conselheiro Wilson Antonio Braz e com o comparecimento dos Conselheiros Arthur Magalhães Campelo Junior, João Ismael Altoé e Ademir Aparecido Antonelli. Registradas as presenças do Diretor Presidente da Maringá Previdência, Edson Paliari, do Diretor de Gestão Previdenciária, José da Silva Neves, do Superintendente, David Marlon da Silva, e do Diretor de Gestão Financeira e de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos, Edimar de Oliveira Carvalho. Em seguida o Presidente Wilson iniciou a reunião agradecendo a presença e todos e passou para a Pauta em seu ITEM 1 - Relatório de receita e despesas do mês de maio de 2026, para aprovação. Os relatórios foram analisados e debatidos pelos Conselheiros. O Fundo em Repartição fechou o mês de maio com saldo de R\$ 16.243.383,59, com 5.928 servidores ativos, 2.840 aposentados e 593 pensionistas. Ressalta-se o expressivo valor recebido de Compensação Previdenciária (R\$ 2.148.149,25). Já o Fundo em Capitalização apresentou no mês de maio saldo de R\$ 1.361.245.732,99, com 5.364 servidores ativos, 1.316 aposentados e 329 pensionistas. O saldo bancário do Órgão Gerenciador fechou o mês de maio com R\$ 20.589.343,57. Após análise e apreciação os relatórios foram aprovados por unanimidade pelo Conselho Fiscal e seguem anexos a ata. ITEM 2 - Relatório de Investimentos e risco do mês de maio de 2026, para aprovação. Edimar explanou sobre o Relatório. Neste mês, destaca-se a inclusão do Empréstimo Consignado no Relatório, que, depois de analisado, foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. ITEM 3 - Parecer nº 21 do comitê de Investimentos, referente aos investimentos no mês de maio de 2026, para aprovação. Após análise e discussão do Parecer, o mesmo foi aprovado por todos os Conselheiros. ITEM 4 - Parecer nº 22 do Comitê de Investimentos referente aos Fundos Fechados, para ciência. Os Conselheiros tiveram ciência do Parecer. ITEM 5 - Relatório do Controle Interno – 1º Trimestre de 2026, para ciência. Tendo em vista que a servidora Bárbara Garcia Schineider, Diretora do Controle Interno e responsável pela apresentação do Relatório, encontra-se em curso pela Maringá Previdência, decidiu-se, por unanimidade, pela retirada de pauta do item, que será incluído na próxima reunião para apreciação dos Conselheiros. ITEM 6 - Assuntos Gerais. Ocorrerá nos dias 16, 17 e 18 de setembro do corrente ano o evento 24.º Congresso Previdenciário da APEPREV em Foz do Iguaçu. Definiu-se que os Conselheiros Wilson Antonio Braz e João Ismael Altoé participarão deste evento. Não tendo mais nada a ser discutido, o Presidente Wilson agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e, eu, João Ismael Altoé, lavrei a presente Ata, a qual foi lida, sendo considerada conforme, aprovada e assinada na sequência.



Documento assinado eletronicamente por **João Ismael Altoé, Secretário(a) de Conselho**, em 26/06/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Antonio Braz, Presidente de Conselho**, em 26/06/2026, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Magalhães Campelo Junior, Vice-Presidente de Conselho**, em 26/06/2026, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Aparecido Antonelli, Membro de Conselho**, em 26/06/2026, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari, Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 26/06/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José da Silva Neves, Diretor(a) de Gestão Previdenciária**, em 10/07/2026, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8973690** e o código CRC **387C6BF3**.

CONVOCAÇÃO

Decreto Municipal nº 1.056/2009, artigos 10, 11 e 12

DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA – CONSELHO FISCAL

Data: 26/06/2026

Início: 13h30

Local: Sala de reuniões da Maringá Previdência

O Presidente do Conselho Fiscal convoca todos os membros para reunião ordinária, a tratar dos seguintes assuntos:

Pauta:

- 1) Relatório de receitas e despesas do mês de maio de 2026, para aprovação;
- 2) Relatório de Investimentos e risco do mês de maio de 2026, para aprovação;
- 3) Parecer nº 21 do comitê de Investimentos, referente aos investimentos no mês de maio de 2026, para aprovação;
- 4) Parecer nº 22 do Comitê de Investimentos referente aos Fundos Fechados para ciência;
- 5) Relatório do Controle Interno – 1º Trimestre de 2026, para ciência;
- 6) Assuntos Gerais.

Wilson Antonio Braz
Presidente do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE RECEITAS E DESPESAS

Maio de 2026

Receitas e Despesas - Maringá Previdência - FUNDO EM REPARTIÇÃO

Fundo em Repartição - Receita 2026								
Mês	Contribuição Patronal	Contribuição Servidor	Contribuição Inativo/Pensionista	Rendimentos Aplicação Financeiras	Compensação Previdenciária	Outras Receitas	Aporte Por Insuf. Financeira	Total Geral
JANEIRO	3.932.304,86	3.933.299,58	274.903,13	42.359,53	3.678.629,72	-	9.000.000,00	20.861.496,82
FEVEREIRO	3.985.068,61	3.983.027,51	275.662,27	74.506,48	2.004.984,50	-	9.000.000,00	19.323.249,37
MARÇO	4.097.224,33	4.094.052,98	316.432,39	98.006,42	3.855.518,31	-	11.900.000,00	24.361.234,43
ABRIL	4.163.794,37	4.153.661,25	317.902,38	174.517,49	1.116.408,96	-	6.100.000,00	16.026.284,45
MAIO	4.072.195,07	4.083.320,14	320.458,28	168.148,39	2.148.149,25	-	9.000.000,00	19.792.271,13
TOTAL	20.250.587,24	20.247.361,46	1.505.358,45	557.538,31	12.803.690,74	-	45.000.000,00	100.364.536,20

Fundo em Repartição - Receita 2026 - Despesas 2026 (Liquidada)					
Mês	Aposentadorias	Pensões	Compensação Previdenciária	Outras Despesas	Total
JANEIRO	14.276.644,76	2.103.967,48	-	-	16.380.612,24
FEVEREIRO	14.388.257,49	2.105.381,89	76.302,59	-	16.569.941,97
MARÇO	15.113.732,80	2.264.353,07	104.395,04	-	17.482.480,91
ABRIL	15.176.059,45	2.231.979,18	131.654,56	-	17.539.693,19
MAIO	15.247.965,72	2.248.173,46	147.287,18	-	17.643.426,36
TOTAL	74.202.660,22	10.953.855,08	459.639,37	-	85.616.154,67
Saldo Bancário do Fundo em Repartição em 31/05/2026					16.243.383,59

APOSENTADORIAS E PENSÕES - FUNDO EM REPARTIÇÃO															
Beneficiários	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total/2026	Total Geral	Benefício Médio
Aposentados	17	32	14	12	12								87	2.840	5.369,00
Pensionistas	0	3	5	3	1								12	593	3.791,19
Total	17	35	19	15	13	0	0	0	0	0	0	0	99	3.433	5.096,46

ATIVOS
5.928

Receitas e Despesas - Maringá Previdência - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Fundo em Capitalização - Receita 2026										
Mês	Contribuição Patronal	Contribuição Servidor	Contribuição Inativo/Pensionista	Rendimentos Aplicação Financeiras	Juros Emp. Consignados	Parcelamentos	Compensação Previdenciária	Aluguel	Outras Receitas	Total
JANEIRO	2.447.049,91	2.448.122,48	132.313,15	9.806.978,73	40.969,27	23.719,12	33.903,35	3.944,85	-	14.937.000,86
FEVEREIRO	2.435.152,94	2.433.378,36	132.251,21	9.094.796,83	30.202,46	23.871,68	37.254,41	3.944,85	-	14.190.852,74
MARÇO	2.578.069,53	2.553.339,74	152.607,14	15.589.933,30	65.222,64	23.996,98	21.980,38	3.944,85	-	20.989.094,56
ABRIL	2.601.825,74	2.605.465,89	148.849,06	16.092.586,55	85.947,18	24.133,44	41.694,58	3.944,85	-	21.604.447,29
MAIO	2.484.623,72	2.484.643,49	148.849,06	13.072.531,94	97.789,19	24.352,42	17.985,67	3.944,85	-	18.334.720,34
TOTAL	12.546.721,84	12.524.949,96	714.869,62	63.656.827,35	320.130,74	120.073,64	152.818,39	19.724,25	-	90.056.115,79

Fundo em Capitalização - Despesa 2026 (Liquidada)					
Mês	Aposentadorias	Pensões	Compensação Previdenciária	Outras Despesas	Total
JANEIRO	6.594.786,00	1.039.505,95	-	-	7.634.291,95
FEVEREIRO	6.603.888,96	1.031.996,98	4.318,26	-	7.640.204,20
MARÇO	6.885.471,26	1.146.187,71	283,79	-	8.031.942,76
ABRIL	6.890.604,42	1.109.636,16	283,79	-	8.000.524,37
MAIO	6.914.142,08	1.124.353,83	283,79	-	8.038.779,70
TOTAL	33.888.892,72	5.451.680,63	5.169,63	-	39.345.742,98
Saldo Bancário do Fundo em Capitalização em 31/05/2026					1.361.245.732,99

CONSOLIDADO	
ATIVOS	11.292
INATIVOS	5.078
EQUIVALÊNCIA	2,22

APOSENTADORIAS E PENSÕES - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO															
Beneficiários	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total/2026	Total Geral	Benefício Médio
Aposentados	6	9	6	3	10								34	1.316	5.253,91
Pensionistas	2	3	4	7	5								21	329	3.417,49
Total	8	12	10	10	15	0	0	0	0	0	0	0	55	1.645	4.886,62

ATIVOS
5.364

Receitas e Despesas - Maringá Previdência - ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão Gerenciador - Receita 2026						
Mês	Taxa de Administração	Complemento da Taxa de Admin	Rendimentos Aplicação Financeiras	Outras Receitas	Interferência Financeira (*)	Total Geral
JANEIRO	728.999,31	36.449,97	198.292,55	22,65	1.500.000,00	2.463.764,48
FEVEREIRO	733.911,29	36.695,56	179.619,87	14.270,54	750.000,00	1.714.497,26
MARÇO	761.573,09	38.078,65	207.327,77	30.389,76	750.000,00	1.787.369,27
ABRIL	773.213,91	38.660,70	203.528,16	11.066,89	700.000,00	1.726.469,66
MAIO	749.320,13	37.466,01	209.284,12	29.146,01	700.000,00	1.725.216,27
TOTAL	3.747.017,73	187.350,89	998.052,47	84.895,85	4.400.000,00	9.417.316,94

Órgão Gerenciador - Despesas 2026 (Liquidada)										
Mês	Folha de Pagamento Ativos	SAMA (*)	PASEP	Despesa com Pessoa Física	Despesa com Pessoa Jurídica (**)	Despesas do Conselho da Complementar (*)	Bens Permanentes	Diárias, Restituições e Indenizações	Outras Despesas (***)	Total Geral
JANEIRO	219.731,35	694.259,26	17.363,33	32.096,00	274.351,07	7.552,00	-	-	16.124,48	1.261.477,49
FEVEREIRO	216.886,73	695.182,75	9.637,64	32.096,00	236.304,95	7.552,00	-	10.780,00	10.013,00	1.218.453,07
MARÇO	212.766,42	697.345,29	9.644,97	33.540,32	138.806,44	7.891,84	-	26.950,00	11.374,85	1.138.320,13
ABRIL	230.141,60	697.551,27	10.373,69	33.540,32	98.134,85	7.891,84	-	2.716,83	12.457,68	1.092.808,08
MAIO	205.150,78	698.993,13	10.264,69	33.540,15	117.501,32	7.891,80		3.402,43	25.770,02	1.102.514,32
TOTAL	1.084.676,88	3.483.331,70	57.284,32	164.812,79	865.098,63	38.779,48	-	43.849,26	75.740,03	5.813.573,09
Saldo Bancário da Taxa de Administrativa em 31/05/2026										20.589.343,57

* O SAMA, o Conselho de Acompanhamento do Regime de Previdência Complementar e o Salário Família não são despesas pertinentes ao RPPS, sendo assim são arcados com recurso livre repassado pela PMM através de Interferência Financeira.

** Despesa com Pessoa Jurídica refere-se às contratações de serviços em geral prestados por pessoas jurídicas, incluindo consultorias, sistemas de informação, telefonia, energia elétrica, condomínio e demais serviços correlatos.

*** Outras Despesas referem-se, principalmente, a gastos de consumo destinados à manutenção do Órgão Gerenciador, tais como materiais de expediente, materiais de limpeza e demais itens correlatos.

Relatório Elaborado pela Contabilidade - Sujeito a Alterações.

RELATÓRIO POR SEGREGAÇÃO (PREVIDENCIÁRIA)

 Maio/2026

LEMA



ATIVO	SALDO	CARTEIRA(%)	RESG.	CARÊN.	5.272	RETORNO (R\$)	(%)	TX ADM
INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II	R\$ 0,00	0,00%	D+1260	-	D - RF	R\$ 0,00	0,00%	1,50%
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF	R\$ 1.452.890,06	0,11%	D+0	-	7, I	R\$ 4.243,96	0,29%	0,20%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	R\$ 16.729.217,18	1,22%	D+0	-	7, I	R\$ 155.864,36	0,94%	0,20%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI REN...	R\$ 41.947.771,59	3,06%	D+0	-	7, I	R\$ 448.772,68	1,08%	0,15%
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF RE...	R\$ 106.431.731,36	7,76%	D+0	-	7, I	R\$ 969.415,27	0,89%	0,10%
LME REC IMA-B FI RF	R\$ 845.036,80	0,06%	D+1009	-	7, V	R\$ 1.097,37	0,13%	0,00%
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RF REF DI	R\$ 18.554.743,62	1,35%	D+0	-	7, V	R\$ 201.115,31	1,10%	0,18%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FI...	R\$ 12.373.189,30	0,90%	D+0	-	7, V	R\$ 134.538,11	1,10%	0,20%
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	R\$ 21.638.104,74	1,58%	D+0	-	7, V	R\$ 241.703,25	1,13%	0,25%
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RF	R\$ 9.270.626,85	0,68%	D+0	-	7, V	R\$ 102.955,26	1,12%	0,25%
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊ...	R\$ 674.567,84	0,05%	D+1260	-	7, IX	R\$ -3.541,64	-0,52%	0,00%
GGR PRIME I FIDC SÊNIOR 1	R\$ 2.275.830,67	0,17%	D+1601	-	7, IX	R\$ -452,20	-0,02%	3,26%
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIV...	R\$ 0,00	0,00%	D+15	-	8, I	R\$ -54.443,94	-1,19%	2,00%
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	R\$ 0,00	0,00%	D+23	-	8, I	R\$ -211.665,98	-1,64%	1,90%
W7 FIP MULTIESTRATÉGIA	R\$ 1.374.711,80	0,10%	VR	-	10, III	R\$ -2.036,33	-0,15%	1,45%
BRASIL FLORESTAL FIC FIP	R\$ 702.529,97	0,05%	-	-	10, III	R\$ -304,20	-0,04%	0,10%
BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA	R\$ 702.125,66	0,05%	-	-	10, III	R\$ -187,59	-0,03%	0,28%
OSASCO PROPERTIES FUNDO DE INVESTI...	R\$ 423.091,31	0,03%	-	-	D - FI	R\$ -252,81	-0,06%	0,74%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ...	R\$ 1.675.969,98	0,12%	-	-	D - FI	R\$ -2.585,49	-0,15%	1,20%
TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 1.051.332.553,20	76,66%	-	-	7, III	R\$ 11.230.919,65	1,06%	-
TÍTULOS PRIVADOS	R\$ 72.772.027,33	5,31%	-	-	7, VI	R\$ 872.197,27	1,21%	-
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	R\$ 10.254.840,75	0,00%	-	-	12	R\$ 104.936,97	1,15%	-

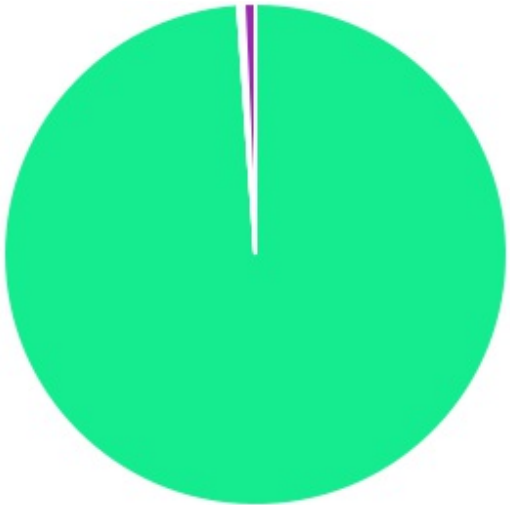
As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

Relatório Investimentos e Risco 05-26 (8973776) SEI 03.99.00000671/2026.55 / pg. 10

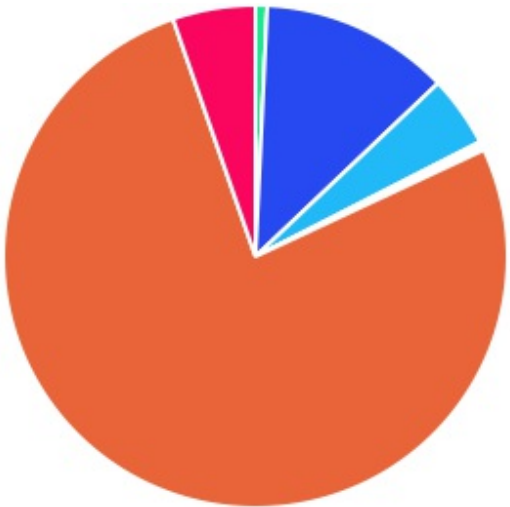


Total investimentos	R\$ 1.371.431.560,01	100.00%	R\$ 14.192.289,28	1,10%
Disponibilidade	R\$ 139.713,51	-	-	-
Total patrimônio	R\$ 1.371.571.273,52	100.00%	-	-

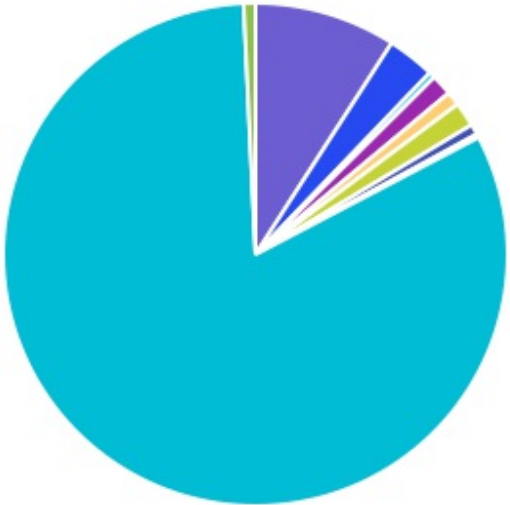
CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	98,90%	R\$ 1.356.298.290,54	
Emprést. Consignados	0,75%	R\$ 10.254.840,75	
Estruturados	0,20%	R\$ 2.779.367,43	
Fundos Imobiliários	0,15%	R\$ 2.099.061,29	
Renda Variável	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 1.371.431.560,01	



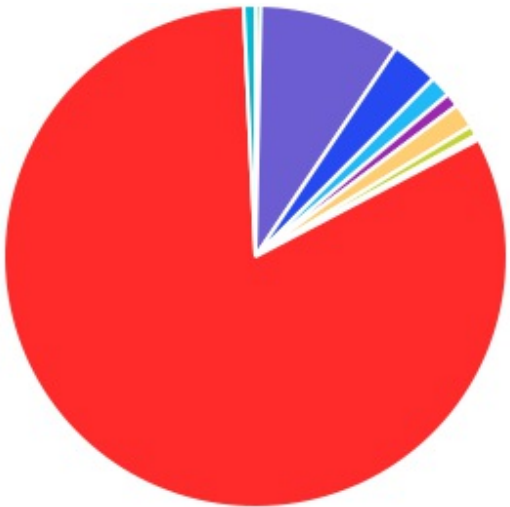
ENQUADRAMENTO	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
7, III	76,66%	R\$ 1.051.332.553,20	
7, I	12,15%	R\$ 166.561.610,19	
7, VI	5,31%	R\$ 72.772.027,33	
7, V	4,57%	R\$ 62.681.701,31	
12	0,75%	R\$ 10.254.840,75	
7, IX	0,22%	R\$ 2.950.398,51	
10, III	0,20%	R\$ 2.779.367,43	
D - FI	0,15%	R\$ 2.099.061,29	
D - RF	0,00%	R\$ 0,00	
8, I	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 1.371.431.560,01	



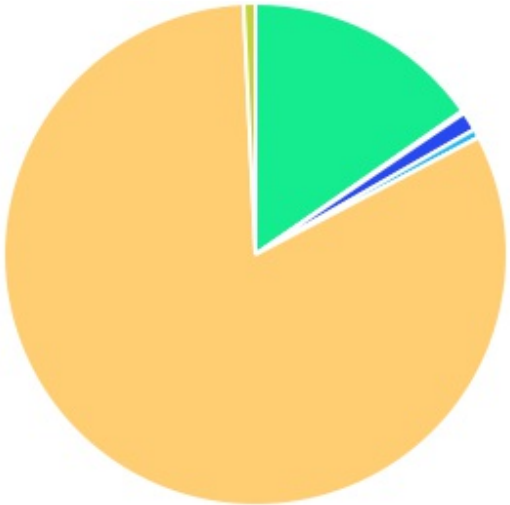
GESTOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	81,97%	R\$ 1.124.104.580,53	
CAIXA DISTRIBUIDORA	9,09%	R\$ 124.613.838,60	
SICREDI ASSET	3,06%	R\$ 41.947.771,59	
BANCO BRADESCO	1,58%	R\$ 21.638.104,74	
ITAU UNIBANCO	1,35%	R\$ 18.554.743,62	
SANTANDER BRASIL	0,90%	R\$ 12.373.189,30	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	0,75%	R\$ 10.254.840,75	
BTG PACTUAL	0,68%	R\$ 9.270.626,85	
GRAPHEN INVESTIMENTOS	0,40%	R\$ 5.471.405,29	
A5 GESTÃO	0,10%	R\$ 1.374.711,80	
QLZ GESTÃO	0,10%	R\$ 1.404.655,63	
CADENCE GESTORA	0,03%	R\$ 423.091,31	
GENIAL GESTÃO	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 1.371.431.560,01	



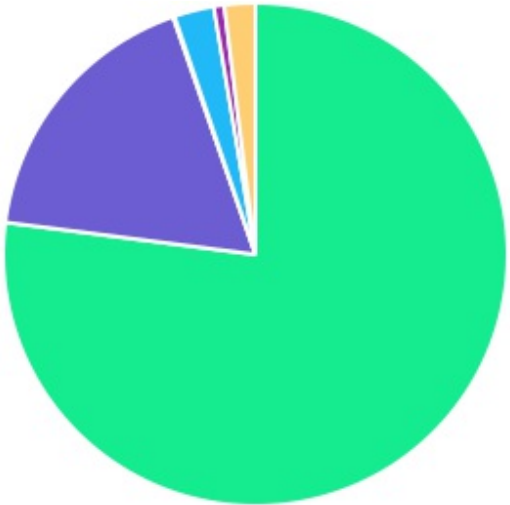
ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	81,97%	R\$ 1.124.104.580,53	
CAIXA ECONOMICA	9,09%	R\$ 124.613.838,60	
BANCO COOPERATIVO	3,06%	R\$ 41.947.771,59	
BANCO BRADESCO	1,58%	R\$ 21.638.104,74	
ITAU UNIBANCO	1,35%	R\$ 18.554.743,62	
SANTANDER DISTRIBUIDORA	0,90%	R\$ 12.373.189,30	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	0,75%	R\$ 10.254.840,75	
BTG PACTUAL	0,68%	R\$ 9.270.626,85	
RJI CORRETORA	0,33%	R\$ 4.570.286,42	
BANVOX DISTRIBUIDORA	0,17%	R\$ 2.275.830,67	
BNY MELLON	0,10%	R\$ 1.404.655,63	
PLANNER CORRETORA	0,03%	R\$ 423.091,31	
Total	100,00%	R\$ 1.371.431.560,01	



BENCHMARK	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	81,97%	R\$ 1.124.104.580,53	
CDI	15,33%	R\$ 210.216.167,46	
IMA-B 5	1,22%	R\$ 16.729.217,18	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	0,75%	R\$ 10.254.840,75	
IPCA	0,57%	R\$ 7.828.827,23	
IMA-B	0,17%	R\$ 2.297.926,86	
IBOVESPA	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 1.371.431.560,01	



LIQUIDEZ	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Acima 2 anos	77,04%	R\$ 1.056.552.169,06	
0 a 30 dias	17,66%	R\$ 242.156.832,37	
31 a 180 dias	2,55%	R\$ 35.034.371,33	
1 a 2 anos	1,98%	R\$ 27.169.844,34	
181 a 365 dias	0,67%	R\$ 9.143.631,11	
VR	0,10%	R\$ 1.374.711,80	
Total	100,00%	R\$ 1.371.431.560,01	



PERÍODO	SALDO ANTERIOR	SALDO FINAL	META	RENT.(R\$)	RENT.(%)	GAP
2026			IPCA + 5.92% a.a.			
Janeiro	R\$ 1.312.375.817,52	R\$ 1.322.831.310,57	0,81%	R\$ 13.084.882,75	1,00%	0,19p.p.
Fevereiro	R\$ 1.322.831.310,57	R\$ 1.314.891.148,18	1,18%	R\$ 9.862.926,63	0,82%	-0,36p.p.
Março	R\$ 1.314.891.148,18	R\$ 1.340.930.697,24	1,36%	R\$ 13.384.717,78	0,94%	-0,42p.p.
Abril	R\$ 1.340.930.697,24	R\$ 1.360.142.019,40	1,15%	R\$ 21.739.661,63	1,63%	0,47p.p.
Maio	R\$ 1.360.142.019,40	R\$ 1.371.431.560,01	1,06%	R\$ 14.087.352,31	1,10%	0,04p.p.
Total	R\$ 1.360.142.019,40	R\$ 1.371.431.560,01	5,70%	R\$ 72.159.541,10	5,61%	-0,09p.p.
2025			IPCA + 5.32% a.a.			
Janeiro	R\$ 1.068.446.464,78	R\$ 1.087.354.182,43	0,59%	R\$ 10.324.486,86	0,93%	0,34p.p.
Fevereiro	R\$ 1.087.354.182,43	R\$ 1.104.340.640,86	1,74%	R\$ 8.402.893,50	0,84%	-0,91p.p.
Março	R\$ 1.104.340.640,86	R\$ 1.123.921.613,05	0,99%	R\$ 10.767.597,19	0,89%	-0,10p.p.
Abril	R\$ 1.123.921.613,05	R\$ 1.144.451.005,01	0,86%	R\$ 11.347.278,61	1,03%	0,17p.p.
Maio	R\$ 1.144.451.005,01	R\$ 1.167.538.688,09	0,69%	R\$ 14.197.600,83	1,29%	0,60p.p.
Junho	R\$ 1.167.538.688,09	R\$ 1.186.033.579,76	0,67%	R\$ 10.209.734,12	0,84%	0,16p.p.
Julho	R\$ 1.186.033.579,76	R\$ 1.205.026.737,32	0,69%	R\$ 9.906.466,85	0,83%	0,14p.p.
Agosto	R\$ 1.205.026.737,32	R\$ 1.218.040.951,19	0,32%	R\$ 8.876.103,56	0,82%	0,49p.p.
Setembro	R\$ 1.218.040.951,19	R\$ 1.243.883.809,94	0,91%	R\$ 11.995.496,94	0,92%	0,00p.p.
Outubro	R\$ 1.243.883.809,94	R\$ 1.265.831.904,59	0,52%	R\$ 12.998.387,36	1,04%	0,52p.p.
Novembro	R\$ 1.265.831.904,59	R\$ 1.282.722.008,14	0,61%	R\$ 7.986.422,58	0,70%	0,09p.p.
Dezembro	R\$ 1.282.722.008,14	R\$ 1.312.375.817,52	0,76%	R\$ 11.605.647,03	0,84%	0,08p.p.
Total	R\$ 1.282.722.008,14	R\$ 1.312.375.817,52	9,81%	R\$ 128.618.115,43	11,55%	1,74p.p.

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

Relatório Investimentos e Risco 05-26 (8973776) SEI 03.99.00000671/2026.55 / pg. 18



RISCO DE MERCADO

FUNDO	BENCHMARK	RENT. (%)		¹ VAR (%) (252 D.U)		² VOL (%)		³ TREYNOR		⁴ DRAWDOWN (%)		⁵ SHARPE		RES. 5.272
		MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	
CARTEIRA	=meta	1,10%	12,15%	1,28%	4,43%	1,09%	2,26%	0,21	-0,80	0,04%	0,11%	0,13	-1,14	-
INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL...	CDI	0,00%	NaN%	-	-	-	-			0,00%	0,00%			D - RF
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF	IMA-B	0,29%	10,59%	0,02%	0,07%	1,22%	4,24%	-5,06	-29,90	0,00%	0,81%	-0,77	-0,98	7, I
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI...	IMA-B 5	0,94%	12,13%	0,01%	0,03%	0,51%	1,75%	-2,17	-48,14	0,00%	0,00%	-0,34	-1,50	7, I
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA...	CDI	1,08%	9,34%	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%	59,61	605,95	0,00%	0,00%	2,49	0,94	7, I
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF REF...	CDI	0,93%	1,84%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	34,84	-1.338,47	0,00%	0,00%	2,02	1,31	7, I
LME REC IMA-B FI RF	IMA-B	0,13%	6,14%	0,01%	0,02%	0,36%	1,24%	-13,21	-219,25	0,00%	0,00%	-2,27	-6,96	7, V
ITAÚ INSTITUCIONAL FI...	CDI	1,10%	14,67%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	271,18	176,14	0,00%	0,00%	2,71	-1,16	7, V
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM...	CDI	1,10%	14,74%	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%	-56,02	-96,61	0,00%	0,00%	3,08	0,54	7, V
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	CDI	1,13%	14,76%	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%	75,82	-217,76	0,00%	0,00%	4,48	1,17	7, V
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RF	CDI	1,12%	14,73%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%	51,87	-32,00	0,00%	0,00%	3,89	0,14	7, V
LME REC IPCA...	IPCA	-0,52%	-1,76%	-	-	-	-			0,00%	0,00%			7, IX
GGR PRIME I FIDC SÊNIOR 1	IPCA	-0,02%	-3,66%	-	-	-	-			0,00%	0,00%			7, IX
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	IBOVESPA	-1,64%	38,34%	0,11%	0,38%	6,65%	23,05%	-0,08	21,64	0,00%	7,96%	-0,01	1,18	8, I
CAIXA BRASIL AÇÕES...	IBOVESPA	-1,19%	20,05%	0,10%	0,36%	6,33%	21,92%	-5,63	-1,73	7,28%	15,62%	-1,11	-0,10	8, I
W7 FIP MULTIESTRATÉGIA...	IPCA	-0,15%	-0,82%	-	-	-	-			0,15%	5,89%			10, III
BRASIL FLORESTAL FIC FIP	IPCA	-0,04%	-0,53%	0,02%	0,08%	1,49%	5,15%	-139.535,47	-4.536,67	0,04%	5,10%	-1.361,13	-3,86	10, III
BRASIL FLORESTAL FIP...	IPCA	-0,03%	-0,32%	0,03%	0,11%	1,89%	6,56%	-123.911,83	-1.807,23	0,03%	6,74%	-1.350,85	-3,28	10, III
OSASCO PROPERTIES FUNDO...	IPCA	-0,06%	-0,74%	-	-	-	-			0,06%	0,74%			D - FI
FUNDO DE INVESTIMENTO...	IPCA	-0,15%	-0,36%	-	-	-	-			3,71%	8,02%			D - FI

¹VaR (252 d.u): O Value at Risk é uma medida estatística que indica a perda máxima potencial de determinado ativo ou determinada carteira em determinado período. Para o seu cálculo, utiliza-se o retorno esperado, o desvio padrão dos retornos diários e determinado nível de confiança probabilística supondo uma distribuição normal. Seu resultado pode ser interpretado como, quanto mais alto for, mais arriscado é o ativo ou a carteira. Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de 4,43%.

²Volatilidade: Volatilidade é uma variável que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um período. De uma forma mais simples, podemos dizer que volatilidade é a forma de medir a variação do ativo. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em 2,26% do retorno diário médio dos últimos 12 meses.

³Treynor: Similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da volatilidade da Carteira. A leitura é a mesma feita no sharpe, quanto maior seu valor, melhor performa o ativo ou a carteira. Valores negativos indicam que a carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado. Em 12 meses, cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs foram convertidos em uma rentabilidade -0,80 menor que a do mercado.

⁴DrawDown: Auxilia a determinar o risco de um investimento, indicando quão estável é determinado ativo, ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período de tempo. Para determinar o percentual de queda, o Draw-Down é medido desde que a desvalorização começa até se atingir um novo ponto de máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período. Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, consequentemente, maior o risco do ativo. Já um Draw-Down igual a zero, indica que não houve

desvalorização do ativo ao longo do período avaliado.

⁵Sharpe: Trata-se de um indicador de performance utilizado no mercado financeiro para avaliar a relação risco-retorno de um ativo através da diferença entre o retorno do ativo e o ativo livre de risco, com o CDI sendo comumente utilizado como proxy deste, dividido pela volatilidade. Portanto, quanto maior o índice de Sharpe do ativo, melhor a sua performance. Em 12 meses, o indicador apontou que para cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs, houve uma rentabilidade -1,14 menor que aquela realizada pelo CDI.

ADERÊNCIA AOS BENCHMARKS

FUNDO	SALDO	BENCHMARK	RENTABILIDADE (%)				RENT. VS BENCHMARKS (%)			
			MÊS	3M	6M	12M	MÊS	3M	6M	12M
INCENTIVO FIDC MULTISSET...	R\$ 0,00	CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF	R\$ 1.452.890,06	IMA-B	0,29%	2,13%	5,49%	10,59%	93,88%	97,55%	97,94%	97,89%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI ...	R\$ 16.729.217,18	IMA-B 5	0,94%	3,56%	7,18%	12,13%	97,19%	98,42%	98,32%	98,08%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRES...	R\$ 41.947.771,59	CDI	1,08%	3,41%	6,95%	14,78%	100,74%	101,48%	100,90%	100,20%
CAIXA TOPÁZIO CORPORATL...	R\$ 143.264.108,54	CDI	1,08%	3,38%	6,92%	14,78%	100,46%	100,64%	100,46%	100,20%
LME REC IMA-B FI RF	R\$ 845.036,80	IMA-B	0,13%	0,92%	3,16%	6,14%	41,67%	41,93%	56,42%	56,78%
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RF ...	R\$ 18.554.743,62	CDI	1,10%	3,34%	6,87%	14,70%	102,08%	99,37%	99,70%	99,66%
SANTANDER INSTITUCIONA...	R\$ 12.373.189,30	CDI	1,10%	3,36%	6,90%	14,77%	102,41%	100,07%	100,18%	100,11%
BRADESCO PREMIUM FI RF ...	R\$ 21.638.104,74	CDI	1,13%	3,36%	6,91%	14,79%	105,24%	100,16%	100,29%	100,27%
BTG PACTUAL CAPITAL MAR...	R\$ 9.270.626,85	CDI	1,12%	3,35%	6,91%	14,76%	104,62%	99,93%	100,25%	100,04%
LME REC IPCA FIDC MULTIS...	R\$ 674.567,84	IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-
GGR PRIME I FIDC SÊNIOR 1	R\$ 2.275.830,67	IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE...	R\$ 0,00	IBOVESPA	-7,28%	-13,76%	-3,38%	12,66%	100,78%	167,89%	-35,38%	47,19%
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	R\$ 0,00	IBOVESPA	0,96%	-0,40%	18,70%	42,00%	-13,33%	4,92%	195,43%	156,55%
W7 FIP MULTIESTRATÉGIA	R\$ 1.374.711,80	IPCA	-0,15%	0,35%	-0,12%	-5,56%	-25,50%	16,86%	-3,39%	-117,62%
BRASIL FLORESTAL FIC FIP	R\$ 702.529,97	IPCA	-0,04%	-0,13%	-4,82%	-5,10%	-7,46%	-6,01%	-136,81%	-107,86%
BRASIL FLORESTAL FIP MUL...	R\$ 702.125,66	IPCA	-0,03%	-0,08%	-6,57%	-6,74%	-4,61%	-3,67%	-186,29%	-142,56%
OSASCO PROPERTIES FUND...	R\$ 423.091,31	IPCA	-0,06%	-0,19%	-0,37%	-0,74%	-10,30%	-8,81%	-10,42%	-15,70%
FUNDO DE INVESTIMENTO L...	R\$ 1.675.969,98	IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-

ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

TIPO DE ATIVO	CARTEIRA (R\$)	(%)	LIM. 5.272	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO		
				INFERIOR (%)	ALVO (%)	SUPERIOR (%)
Renda Fixa						
FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN	R\$ 203.393.987,37	14,44%	100,00%	0,00%	10,00%	30,00%
Títulos Tesouro Nacional	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	20,00%
Títulos Tesouro Nacional (Balcão)	R\$ 1.051.332.553,20	74,65%	100,00%	60,00%	75,00%	90,00%
Operações Compromissadas - TN	R\$ 0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa e ETF Renda Fixa	R\$ 62.681.701,31	4,45%	80,00%	2,00%	3,00%	20,00%
Ativos Bancários	R\$ 72.772.027,33	5,17%	20,00%	0,00%	5,00%	10,00%
FI Renda Fixa "Crédito Privado"	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Debêntures	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Direitos Creditórios (FIDC) - Sênior	R\$ 2.950.398,51	0,21%	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%
Renda Variável						
FI Ações	R\$ 0,00	0,00%	40,00%	0,00%	1,00%	10,00%
ETF de Ações	R\$ 0,00	0,00%	40,00%	0,00%	0,00%	5,00%
BDR / BDR-ETF - Ações	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%
ETF - Internacional	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior						
Renda Fixa - Dívida Externa	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento no Exterior - Qualificado	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%
FI Investimentos Exterior - Geral	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturados						
FI Multimercado	R\$ 0,00	0,00%	15,00%	0,00%	1,00%	10,00%
Fiagro	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Participações	R\$ 2.779.367,43	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
FI "Ações - Mercado de Acesso"	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos Imobiliários						
FI Imobiliário	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Desenquadrado	R\$ 2.099.061,29	0,15%	0,00%	-	-	-
Emprést. Consignados						
Empréstimos Consignados	R\$ 10.254.840,75	0,73%	10,00%	0,00%	5,00%	10,00%



MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Unidade Temporária da MGAPREV
Comitê de Investimentos da MGAPREV

Av. Carneiro Leão 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7735 - <https://previdencia.maringa.pr.gov.br>

PARECER Nº 21/2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

PARECER Nº: 21/2026 - Comitê de Investimentos
PROCESSO Nº: 03.99.00000659/2026.88
INTERESSADO: Comitê de Investimentos da MGAPREV

Ao Conselho Fiscal,

O Comitê de Investimentos da Maringá Previdência, reunido ordinariamente no dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e vinte e seis, apresenta o presente parecer com relatórios de acompanhamento de rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos no mês de maio de 2026, em anexo.

Panorama Econômico: No cenário internacional, os principais bancos centrais seguem adotando uma postura cautelosa diante da persistência das pressões inflacionárias. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve manteve a taxa básica de juros no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano, destacando que a atividade econômica continua em expansão sólida, enquanto a inflação permanece acima da meta de 2%. A decisão reforça a expectativa de manutenção de condições monetárias restritivas por mais tempo, com impactos sobre os mercados globais, o dólar e os fluxos de capital para economias emergentes. Na Europa, a inflação ao consumidor da zona do euro acelerou para 3,2% em maio, ante 3,0% no mês anterior, impulsionada principalmente pelos setores de serviços, alimentos, álcool e tabaco. O resultado mantém a atenção dos investidores voltada para os próximos movimentos do Banco Central Europeu, em um contexto de inflação ainda resistente. Na Ásia, os dados da China mostraram sinais mistos. Enquanto a produção industrial avançou 4,5% em maio na comparação anual, superando as expectativas do mercado, as vendas no varejo registraram queda de 0,6%, evidenciando fragilidade da demanda doméstica. O desempenho reforça as dúvidas sobre a intensidade da recuperação econômica chinesa e aumenta as expectativas por novas medidas de estímulo. Também no continente asiático, o Banco do Japão elevou sua taxa básica de juros para 1,00% ao ano, maior nível em mais de três décadas, diante das preocupações com a inflação acima da meta. A medida representa mais um passo no processo de normalização da política monetária japonesa e pode influenciar os fluxos globais de capital e os mercados cambiais. No campo geopolítico, o adiamento das negociações entre Estados Unidos e Irã ampliou as incertezas sobre a consolidação de uma trégua no Oriente Médio. A indefinição mantém os mercados atentos aos possíveis impactos sobre os preços do petróleo, a segurança energética e a percepção global de risco. No Brasil, o principal destaque foi a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que reduziu a taxa Selic de 14,50% para 14,25% ao ano. Apesar do início do ciclo de flexibilização monetária, o Banco Central manteve um discurso cauteloso, ressaltando que futuras decisões

continuarão condicionadas ao comportamento da inflação, da atividade econômica e das expectativas do mercado. Os indicadores de atividade econômica apresentaram sinais de desaceleração. O volume de vendas do comércio varejista recuou 1,5% em abril na comparação mensal, resultado abaixo das expectativas e que reflete os efeitos dos juros elevados, do crédito mais restritivo e da maior cautela dos consumidores. Em contrapartida, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, registrou crescimento de 0,5% em abril frente ao mês anterior, sustentado principalmente pelos setores de indústria e serviços, embora tenha ficado ligeiramente abaixo das projeções do mercado. Mesmo após a redução da Selic, o Brasil permanece com o maior juro real entre as principais economias do mundo, com taxa estimada em 9,67% ao ano. Esse cenário evidencia que a política monetária continua bastante restritiva, influenciando as condições de crédito, o consumo, os investimentos e a dinâmica da atividade econômica. No âmbito fiscal e de risco soberano, a Fitch Ratings reafirmou a classificação de crédito do Brasil em BB, com perspectiva estável. A agência destacou fatores positivos, como a diversificação da economia e a capacidade de absorção de choques, mas ressaltou desafios relacionados ao elevado endividamento público, à rigidez fiscal e ao baixo potencial de crescimento econômico. A manutenção da nota reforça a importância da sustentabilidade das contas públicas para a confiança dos investidores e para a evolução do ambiente econômico doméstico. A atenção dos mercados nesta semana estará voltada para importantes indicadores econômicos no Brasil e nos Estados Unidos. No cenário doméstico, os destaques serão a divulgação do IPCA-15 de junho, pelo IBGE, considerado uma prévia da inflação oficial, e da taxa de desemprego, indicadores que poderão influenciar as expectativas para os próximos passos da política monetária e para o ritmo de atividade da economia brasileira. No cenário internacional, o principal destaque da agenda econômica será a divulgação do índice de preços de gastos com consumo pessoal (PCE) dos Estados Unidos, indicador de inflação preferido do Federal Reserve para avaliação das pressões inflacionárias.

Avaliação dos investimentos que compõem o patrimônio: No mês de maio, a carteira consolidada da Maringá Previdência, composta pelo Fundo em Capitalização, Fundo em Repartição e pela Taxa de Administração, encerrou o período com saldo de R\$ 1.408.404.024,13 (um bilhão, quatrocentos e oito milhões, quatrocentos e quatro mil, vinte e quatro reais e treze centavos), apresentando rentabilidade positiva de R\$ 14.569.721,79 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos). No recorte por classe de ativos, a Renda Fixa registrou resultado positivo de R\$ 14.736.261,16 (quatorze milhões, setecentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos), enquanto a Renda Variável apresentou resultado negativo de R\$ 266.109,92 (duzentos e sessenta e seis mil, cento e nove reais e noventa e dois centavos). Os investimentos estruturados registraram resultado negativo de R\$ 2.528,12 (dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e doze centavos), enquanto a classe imobiliária apresentou resultado negativo de R\$ 2.838,30 (dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta centavos). Os títulos públicos encerraram o mês com montante aplicado de R\$ 1.051.332.553,20 (um bilhão, cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), representando 74,65% do portfólio consolidado. O Comitê de Investimentos avaliou que, no mês de maio, a carteira do Fundo em Capitalização apresentou desempenho positivo e satisfatório, encerrando o período com rentabilidade de R\$ 14.087.352,31 (quatorze milhões, oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos), equivalente a 1,10%, superando a meta atuarial do período, de 1,06%. No acumulado do exercício, a carteira registra retorno de R\$ 72.159.541,10 (setenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos), correspondente a uma rentabilidade de 5,61%, ligeiramente inferior à meta atuarial acumulada de 5,70%. Os principais vetores positivos de desempenho concentraram-se nos ativos de renda fixa, com destaque para os títulos privados, que apresentaram retorno de 1,21%, e para os títulos públicos, com retorno de 1,06%. Os ativos indexados ao CDI, em um cenário de taxa Selic de 14,50% ao ano, registraram rentabilidade entre 1,08% e 1,13% no período. Em contrapartida os fundos de ações domésticas apresentaram desempenho negativos, Dunamis, com retorno de -1,64%, e o Caixa Ações Livre, com retorno de -1,19%, foram

O Comitê analisou o relatório mensal compilado constando todas as informações referenciadas no item 2.14 da Política de Investimentos, que trata do acompanhamento e avaliação dos investimentos.

Maringá, 24 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Edimar de Oliveira Carvalho, Presidente do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro dos Santos Domingos, Vice-Presidente do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Dias Lopes, Membro do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela da Silva Candil, Secretário(a) do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Gonçalves Damasceno, Membro do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8948923** e o código CRC **559085C6**.



MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Unidade Temporária da MGAPREV
Comitê de Investimentos da MGAPREV

Av. Carneiro Leao 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7735 - <https://previdencia.maringa.pr.gov.br>

PARECER Nº 22/2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

PARECER Nº: 22/2026 - Comitê de Investimentos
PROCESSO Nº: 03.99.00000659/2026.88
INTERESSADO: Comitê de Investimentos da MGAPREV

Ao Conselho Fiscal,

O Comitê de Investimentos da Maringá Previdência, reunido ordinariamente no dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e vinte e seis, apresenta o presente parecer com informações recebidas dos fundos fechados referentes ao mês de maio de 2026.

Informações recebidas dos Fundos Fechados: 1) **LME REC MULTISSETORIAL IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 12.440.789/0001-80:** na data de 24/04/2026 aconteceu a AGC do fundo, o único item constante na convocação era a proposta de liquidação do Fundo que, com algumas ressalvas, em especial no tange aos critérios da liquidação e ao rigoroso acompanhamento a ser feito, foi aprovado por 93,74% dos votos válidos. 2) **INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL II:** no dia 27/04/2026 foi realizada Assembleia Geral de Cotistas, cuja pauta tratou da aprovação do acordo entre credores e cotistas para encerramento da ação declaratória nº 1186239-52.2024.8.26.0100, em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP, bem como das medidas judiciais correlatas, conforme parecer da Gestora e do Assessor Jurídico do Fundo. A proposta também contemplava a autorização para que a Gestora e a Administradora adotassem todas as providências necessárias à formalização, homologação judicial e execução da solução consensual. A Maringá Previdência manifestou-se pela reprovação da pauta, conforme orientação da consultoria de investimentos LEMA. Contudo, conforme registrado em ata, os cotistas representantes de 68,93% das cotas subscritas e integralizadas do Fundo aprovaram a matéria, razão pela qual a ordem do dia restou aprovada. 3) **BR HOTÉIS - CNPJ: 15.461.076/0001-91:** recebemos a quantia de R\$ 62.054,31 (sessenta e dois mil cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos), referente a amortização do fundo. 4) **BRASIL FLORESTAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA e BRASIL FLORESTAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE**

FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES: registra-se que a administradora encaminhou, em 18/05/2026, o informe quadrimestral dos fundos BRASIL FLORESTAL - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BRASIL FLORESTAL - FIC FIP, referente ao 1º quadrimestre de 2026, contendo os valores e informações atualizadas.

Maringá, 24 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Edimar de Oliveira Carvalho, Presidente do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro dos Santos Domingos, Vice-Presidente do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Dias Lopes, Membro do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela da Silva Candil, Secretário(a) do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Gonçalves Damasceno, Membro do Comitê de Investimentos**, em 24/06/2026, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8957315** e o código CRC **D0D81823**.



MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV

Unidade de Controle Interno da MGAPREV

Avenida Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-965 Telefone: (44) 3220-7728 - <https://previdencia.maringa.pr.gov.br>



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

1º TRIMESTRE 2026



SUMÁRIO

1. [INTRODUÇÃO](#)
2. [REGULAMENTAÇÃO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA](#)
3. [QUADRO DE SERVIDORES](#)
4. [ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DE DECISÃO](#)
5. [CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS](#)
 - 5.1 [Referência Normativa](#)
 - 5.2 [Concessão de Aposentadoria](#)
 - 5.2.1 [Avaliação de conformidade dos processos](#)
 - 5.3 [Concessão de Pensão](#)
 - 5.3.1 [Avaliação de conformidade dos processos](#)
6. [FINANCEIRO/CONTABILIDADE](#)
 - 6.1 [Referência Normativa](#)
 - 6.2 [Avaliação de conformidade dos processos](#)
 - 6.2.1 [Execução Orçamentária](#)
 - 6.2.2 [Ordem Cronológica de Pagamentos](#)
7. [COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA](#)
8. [GESTÃO DE INVESTIMENTOS](#)
 - 8.1 [Referência Normativa](#)
 - 8.2 [Avaliação de conformidade dos processos](#)
9. [CANAIS DE ATENDIMENTO](#)
10. [LICITAÇÕES E CONTRATOS](#)
11. [PRÓ-GESTÃO - ADERÊNCIA NÍVEL II](#)
 - 11.1 [Avaliação de conformidade dos processos](#)
 - 11.1.1 [Controles Internos](#)
 - 11.1.2 [Governança Corporativa](#)
 - 11.1.3 [Educação Previdenciária](#)
12. [CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES E ENVIO DE INFORMAÇÕES](#)
13. [AVALIAÇÃO ATUARIAL](#)
 - 13.1 [Fundo em Capitalização](#)
 - 13.1.1 [Fundo em Capitalização – Parecer Atuarial](#)
 - 13.2 [Fundo em Repartição](#)
 - 13.2.1 [Fundo em Repartição – Parecer Atuarial](#)
14. [CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA \(CRP\)](#)
15. [CONCLUSÃO](#)

1. INTRODUÇÃO

O relatório de Controle Interno da Maringá Previdência visa acompanhar as metas para o ano corrente, a execução dos programas orçamentários, da gestão contábil, financeira, operacional e patrimonial. Objetivando uma atuação preventiva, concomitante e posterior aos atos administrativos, pretende verificar, orientar e incentivar a gestão no atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade e economicidade.

Além disso, pretende monitorar a conformidade dos atos de gestão e governança praticados pela Maringá Previdência, de modo que sejam pautados nas exigências do Programa de Certificação Institucional “Pró Gestão RPPS”, do Ministério da Previdência Social, Secretaria de Regime Próprio e Complementar, que tem como objetivo incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, baseadas nos pilares: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

O presente relatório, referente ao 1º trimestre de 2026, apresenta os resultados das verificações internas realizadas nas diversas áreas da Maringá Previdência, que consistiram em averiguar, por meio de evidências documentais, se as atividades foram realizadas conforme manuais, procedimentos e legislações pertinentes, bem como monitorar os requisitos exigidos ao Nível II do Pró-Gestão, e as medidas tomadas para os requisitos não atendidos.

As informações apresentadas neste relatório foram coletadas por meio do levantamento dos dados dos processos da Maringá Previdência, por solicitações enviadas a cada setor, dados das reuniões mensais regulares, bem como a consulta aos responsáveis pelas atividades analisadas, quando necessário.

2. REGULAMENTAÇÃO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA

A Maringá Previdência se regulamenta pela Lei Complementar Municipal nº 1.517/2025, Lei Complementar Municipal nº 749/2008, pelo Decreto nº 1.056/2009 que aprova o Regimento Interno da Autarquia e Decreto 857/2009. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são regulamentados pela Lei Complementar Municipal nº 749/2008 e pelos respectivos Regimentos Internos, Decreto nº 1.178/2024 e Decreto 1.516/2024.

Foram realizadas adequações referentes às alterações determinadas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que altera o sistema de Previdência Social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. A LC nº 1.268 de 23 de dezembro de 2020, tratou em especial da alteração do percentual da alíquota da contribuição previdenciária, aplicada a partir de abril de 2021.

O Município, em cumprimento a uma exigência da EC 103/2019, instituiu o Regime de Previdência Complementar, através da Lei Complementar Municipal nº 1.296, de 15 de setembro de 2021.

3. QUADRO DE SERVIDORES

A Maringá Previdência possui quadro próprio com 22 (vinte e dois) servidores e as remunerações são fixadas pela Lei Complementar nº 966/2013.

4. ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O Conselho de Administração, órgão de normatização e deliberação superior na estrutura administrativa da Maringá Previdência, é composto por 08 (oito) membros, sendo 04 (quatro) indicados pelo Prefeito e 04 (quatro) eleitos, de acordo com o art. 15, da Lei Complementar nº 749/2008, devidamente nomeados pelo Decreto nº 66/2025 (D.O.M. nº 4754, 12/01/2026), conforme segue:

REPRESENTAÇÃO	MEMBROS
Representantes dos servidores ativos do Executivo	2
Representantes dos servidores ativos ou inativos do Legislativo	1
Representante dos servidores inativos do Executivo	1
Eleitos	4
TOTAL	8

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização na estrutura administrativa da Maringá Previdência, é composto por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) indicados pelo Prefeito e 02 (dois) eleitos, de acordo com o que determina o art. 16, da Lei Complementar nº 749/2008, adequadamente nomeados pelo Decreto nº 66/2025 (D.O.M. nº 4754, 12/01/2026), conforme segue:

REPRESENTAÇÃO	MEMBROS
Representantes dos servidores ativos ou inativos do Executivo	1
Representantes dos servidores ativos ou inativos do Legislativo	1
Eleitos	2
TOTAL	4

O Comitê de Investimentos, órgão colegiado participante do processo decisório quanto à formulação e à execução da política de investimentos, composto por 5 (cinco) membros, tem caráter consultivo e propositivo voltado para a discussão dos aspectos relativos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de estratégias na gestão dos recursos da Maringá Previdência, de acordo com o Decreto nº 125/2022 - MGAPREV Regimento Interno do Comitê de Investimentos. Os membros do Comitê de Investimentos foram nomeados pela Portaria nº16/2025 - MGAPREV.

5. CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS

No 1º Trimestre de 2026 foram concedidos benefícios conforme a tabela abaixo:

TIPO DE BENEFÍCIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
Aposentadoria por idade	11	23	7	41
Aposentadoria por idade e tempo de contribuição	12	18	13	43
Aposentadoria por invalidez	-	-	-	0
Aposentadoria Compulsória	-	-	-	0
Pensão por morte de ativo	-	4	5	9
Pensão por morte de inativo	2	2	4	8
TOTAL/PERÍODO	25	47	29	101
TRIMESTRE	APOSENTADORIAS: 84 PENSÕES: 17			
ACUMULADO 2026	APOSENTADORIAS: 84 PENSÕES: 17			

Quantitativo benefícios por massa no 1º Trimestre:

FUNDO	Repartição	Capitalização	TOTAL
Aposentadorias	63	21	84
Pensões	8	9	17
TOTAL	71	30	101

No 1º Trimestre foram concedidas as seguintes pensões por tipo de beneficiário:

BENEFICIÁRIO	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL
Cônjuge	1	4	4	9
Companheira	-	1	1	2
Filho menor de 21 anos	1	1	3	5
Mãe	-	-	1	1
TOTAL	2	6	9	17

5.1. Referência Normativa

- Lei Complementar nº 749/2008;
- Lei Complementar nº 1.517/2025;
- Decreto nº 857/2009;
- Emenda Constitucional nº 41/2003;
- Emenda Constitucional nº 47/2005;
- Emenda Constitucional nº 103/2019;
- Art. 40 da Constituição Federal;

- h. Instrução Normativa nº 98/2014 Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- i. Lei nº 10.820/2003 - Desconto de prestações em folha de pagamento;
- j. Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações;
- k. Portaria nº 42/2019 - Código de Ética da Maringá Previdência.

A análise dos processos de concessão de benefícios, considerou o cumprimento dos preceitos Constitucionais, das Emendas Constitucionais nº 41/2003 e nº 47/2005, da Instrução Normativa 98/2014 Tribunal de Contas do Estado do Paraná e os requisitos do Plano de Benefícios previstos na Lei Complementar Municipal nº 749/2008 e na Lei Complementar Municipal nº 1.517/2025.

Para verificação da conformidade dos processos de concessão de aposentadoria e pensão, observa-se a necessidade de atender aos seguintes controles:

- a. Checklist de documentação obrigatória;
- b. Manual 01 - Concessão de aposentadoria;
- c. Manual 02 - Concessão de pensão;
- d. Manual 03 - Revisão de aposentadoria;
- e. Manual 04 - Revisão de pensão;
- f. Código de Ética;
- g. Legislações aplicáveis.

5.2. Concessão de Aposentadoria

A análise dos processos de concessão de aposentadoria considerou o tipo de aposentadoria: por idade e tempo de contribuição, por idade, por invalidez, compulsória ou especial. Identificado o tipo de aposentadoria, verificou-se o cumprimento do checklist de documentos e itens obrigatórios:

Nº	EXIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL
1	Requerimento do servidor solicitando a aposentadoria.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso I
2	Termo de opção do(a) servidor(a) pela regra de aposentadoria escolhida.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso II
3	Certidão expedida pelo INSS referente ao período celetista, quando for o caso, e/ou Certidão fornecida por outros regimes próprios de Previdência, nos termos da portaria nº 1.467, de 02.06.2022 do MTP (Anexos IX e X). A certidão do INSS ou outro RPPS deve ser protocolada previamente na Maringá Previdência, e posteriormente inserida no Sistema Softprevi.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso III
4	Laudo Pericial atestando a incapacidade definitiva do(a) servidor(a), nos casos de aposentadoria por invalidez, indicando se a moléstia está elencada na legislação, acompanhado do Termo de Curatela ou Termo de Responsabilidade Provisório, se for o caso.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso IV e V
5	Cópia do último comprovante de remuneração do(a) servidor(a).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso VI

Nº	EXIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL
6	Certidão comprobatória do preenchimento dos requisitos para a percepção das vantagens, se for o caso, especificando a legislação correlata. Demonstrativo dos cálculos de proventos, discriminando o vencimento do cargo efetivo, os adicionais por tempo de serviço e as demais vantagens, com fundamento legal para a incorporação, quando for o caso, informando o total mensal e especificando se os proventos são integrais ou proporcionais, devendo neste último caso, informar a proporcionalidade adotada.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso VII
7	Declaração firmada pelo(a) servidor(a) de não percepção de proventos de aposentadoria de nenhum dos membros da Federação e dos alusivos a empregos públicos do Regime Geral da Previdência Social RGPS, nem acúmulo de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos permitidos pela Constituição Federal ou especificando o acúmulo quando for a hipótese.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso VIII
8	Nos casos de servidor admitido após a Constituição Federal de 1988, informar o número da decisão do Tribunal de Contas que julgou legal a sua admissão.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso IX
9	Ato de concessão da aposentadoria, constando o nome do servidor, cargo até então ocupado e fundamentação legal da concessão.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso X
10	Publicação do ato aposentatório.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso XI
11	As certidões e demais atos devem conter a indicação da legislação utilizada pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social e à incorporação de vantagens.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso XII
12	Nos casos de servidor(a) cujo ato de inativação esteja fundamentado em regras transitórias, que exijam determinada data de ingresso no serviço público e o(a) servidor(a) tenha se afastado das atividades, após essa data exigida para ingresso, por concessão de alguma licença sem remuneração, logo sem contribuição previdenciária, deverá ser anexado um documento comprobatório desse período de afastamento.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso XIII
13	Parecer Jurídico analisando a legalidade da concessão da aposentadoria.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Parágrafo único
14	Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, especificando o tempo computado para todos os efeitos legais e o tempo computado para fins de aposentadoria.	
15	Cópia dos documentos oficiais de identificação do servidor: RG, CPF, Título de Eleitor, PIS/PASEP, Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável.	
16	Cópia dos documentos oficiais de identificação dos dependentes.	
17	Termo de Responsabilidade e Compromisso, onde declara ciência da realização anual da Prova de Vida no mês de aniversário e da obrigação de comunicação de alteração temporária ou permanente de endereço.	
18	Autorização para descontos na folha de pagamento.	Art. 2º da Lei nº 10.820/2003
19	Certidão atestando o efetivo exercício nas funções de magistério, na educação infantil e no ensino fundamental e médio, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, nos casos de aposentadoria especial de professor.	
20	Declaração da Secretaria de Gestão de Pessoas atestando existência ou não de Processo Administrativo em nome do Servidor(a).	Art. 232 da Lei Complementar 239/1998
21	Declaração de Benefícios do INSS.	
22	Relatório circunstanciado TCE-PR, formulário de encaminhamento e extrato de Autuação para TCE-PR, caso este já tenha sido encaminhado ao Tribunal.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 5º

Caso o servidor possua tempos anteriores, desempenhados em outros órgãos e

deseje utilizar para fins de aposentadoria junto a Maringá Previdência, é necessário solicitar a averbação desses períodos, apresentando certidão emitida pelo INSS ou outro RPPS. Os períodos podem não ser averbados em sua totalidade, em razão de períodos concomitantes com os trabalhados no Município de Maringá.

O sistema de gestão previdenciária (Softprevi), emite uma certidão especificando o tempo computado para efeitos legais e o tempo computado para fins de aposentadoria (item 14). Essa certidão utiliza os dados do servidor no cadastro como: idade mínima para a regra, tempo de contribuição, tempo mínimo no cargo, tempo mínimo na carreira, tempo de pedágio (se houver) e realiza todos os cálculos, que posteriormente são revistos pelos servidores do setor responsável.

O demonstrativo dos cálculos de proventos (item 6), é emitido pelo Sistema Softprevi, o qual importa os valores do Sistema do RH do Município, das autarquias e Câmara Municipal, sendo necessário o lançamento das verbas que compõem a remuneração individualmente: Salário, ATS, Adicional de Mérito, etc.

Mensalmente a Maringá Previdência emite um documento com a relação de pedidos de aposentadoria, que é encaminhado para a Secretaria de Educação e Secretaria de Gestão de Pessoas para que verifiquem quais deles possuem o direito da aposentadoria pelo exercício do magistério. Assim, a SEDUC informa as atividades exercidas pelo servidor à Secretaria de Gestão de Pessoas, que emite a Certidão de Regência e encaminha via SEI à Maringá Previdência, que por sua vez anexa no processo de aposentadoria do servidor.

No caso de invalidez permanente, o servidor(a), ao receber o atestado de incapacidade, é orientado para que providencie os documentos e procure a Maringá Previdência para dar início ao processo de aposentadoria. O servidor(a) providencia os documentos pessoais e posteriormente a Saúde Ocupacional encaminha o Laudo Definitivo da Incapacidade para compor o processo.

Quanto à instrução processual, orienta-se que todos os documentos exigidos estejam elencados na consolidação do processo finalizado digital.

5.2.1. Avaliação de conformidade dos processos

O 1º Trimestre de 2026 apresentou um total de 84 processos de aposentadoria. Utilizou-se a Tabela Philips para definir amostra mínima de processos a serem analisados, garantindo 95% de confiança às verificações de conformidade. A Tabela Philips orienta: para populações entre 20-50, tamanho da amostra 13 e para populações entre 51-100, tamanho da amostra 20.

A amostra mínima foi definida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	Janeiro		Fevereiro		Março	
	POP.	AMOSTRA	POP.	AMOSTRA	POP.	AMOSTRA
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	-	-	-	-	-	-
APOSENTADORIA POR IDADE	11	6	23	7	7	5

DESCRIÇÃO	Janeiro		Fevereiro		Março	
APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	11	7	18	6	13	8
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	-	-	-	-	-	-
TOTAL	22	13	41	13	20	13

Ao todo foram analisados 53 processos de aposentadoria. As análises desta Unidade de Controle Interno, na data de verificação, identificaram os principais apontamentos:

DESCRIÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março
Instrução do processo final ou ajustes	4	4	7

O relatório de verificações de conformidade dos processos de aposentadoria, contendo os apontamentos detalhados e as recomendações para as devidas providências, foi encaminhado ao setor responsável.

5.3. Concessão de Pensão

Na análise dos processos de concessão de pensão, verifica-se o tipo de pensão e a correta inserção da lista de documentos e itens obrigatórios:

Nº	ITEM	EXIGÊNCIA LEGAL
1	Requerimento solicitando a concessão de pensão.	
2	Certidão de óbito do(a) servidor(a) falecido(a).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso I
3	Certidão de casamento, devidamente atualizada, ou provas de união estável.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso II
4	Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso III
5	Comprovação de dependência econômica do beneficiário, se aplicável ao caso.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso IV
6	Comprovação pericial da incapacidade física ou mental do beneficiário, com indicação da eventual existência de indícios de que a causa da invalidez afeta a capacidade do beneficiário para os atos da vida civil, se aplicável ao caso.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso V
7	Termo de Curatela ou Termo de Responsabilidade Provisório, em se tratando de benefício em razão de invalidez, nos casos de existência de indícios de incapacidade para os atos da vida civil.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso VI
8	Certidão de Tempo de Contribuição do servidor(a) falecido(a), no caso deste(a) servidor(a) se encontrar na ativa quando de seu falecimento.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso VII
9	Nos casos em que o(a) servidor(a) ativo(a) falecido(a) tenha sido admitido(a) no serviço público após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a indicação da decisão do Tribunal de Contas que registrou sua admissão.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso VIII
10	Cálculo da pensão, concedida nos termos do Art. 40, § 2º ou do § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal, com a indicação dos beneficiários e o percentual atribuído a cada um (Art. 12, inciso IX, IN 98/2014).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso IX
11	Cópia do último comprovante da remuneração/provento do(a) servidor(a) antes do falecimento.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso X

Nº	ITEM	EXIGÊNCIA LEGAL
12	Ato de concessão da pensão, constando o nome do(s) beneficiário(s) e do(a) servidor(a) falecido(a), o valor do benefício e a fundamentação legal da concessão (Decreto).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XI
13	Publicação do ato concessivo da pensão previdenciária (Decreto).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XII
14	Nos casos em que o(a) servidor(a) encontrava-se inativado(a) e a respectiva aposentadoria tenha ocorrido após a promulgação da Constituição Federal de 1988, cópia da decisão do Tribunal de Contas que determinou o registro do respectivo ato de inativação junto a este Tribunal.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XIII
15	Os atos deverão conter a indicação da legislação utilizada pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social e à incorporação de vantagens.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XIV
16	Parecer Jurídico analisando a legalidade da concessão do benefício.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Parágrafo único
17	Declaração de Benefícios do INSS.	
18	Declaração firmada pelo servidor de não percepção de proventos de aposentadoria de RPPS de nenhum dos membros da Federação e nem dos alusivos a cargos, empregos ou funções públicas, ressalvados os cargos, empregos e funções públicas acumuláveis, na forma da Constituição Federal;	
19	Termo de Responsabilidade e Compromisso, onde declara ciência da realização anual da Prova de Vida no mês de aniversário e da obrigação de comunicação de alteração temporária ou permanente de endereço.	
20	Certidão de nascimento dos filhos maiores inválidos.	
21	Carteira de Identidade e CPF do(s) dependente(s).	
22	Comprovante de residência atual;	
23	Título de eleitor dos beneficiários;	
24	Para fins de comprovação de união estável e/ou dependência econômica são solicitados ao menos 03 (três) documentos, quais sejam: a) Declaração de dependente do SAMA; b) Certidão de nascimento de filhos havidos em comum; c) Certidão de casamento religioso; d) Declaração de imposto de renda do segurado, em que consta o interessado como seu dependente; e) Disposições testamentárias; f) Declaração especial feita perante tabelião; g) Prova do mesmo domicílio; h) Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil; i) Procuração ou fiança reciprocamente outorgada; j) Conta bancária conjunta; k) Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado; l) Anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados; m) Apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor e a pessoa interessada como sua beneficiária; n) Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável; o) Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente; p) Declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um ano, ou; q) Quaisquer outros documentos que possam levar a convicção do fato a comprovar.	Decreto 3048/99
25	Relatório circunstanciado TCE-PR, formulário de encaminhamento e extrato de Autuação para TCE-PR, caso este já tenha sido encaminhado ao Tribunal.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 5º

Quanto à instrução processual, orienta-se que todos os documentos exigidos estejam elencados na consolidação do processo finalizado digital.

5.3.1. Avaliação de conformidade dos processos

Foram verificados no sistema de gestão previdenciária, 14 processos de concessão de pensão do 1º trimestre. As verificações de conformidade observaram principalmente o atendimento aos controles: Manual 02 - Concessão de pensão, Manual 04 - Revisão de pensão e Checklist de documentação obrigatória.

As análises desta Unidade de Controle Interno, na data de verificação, identificaram os principais apontamentos:

DESCRIÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março
Instrução do processo final ou ajustes	1	1	5

O relatório de verificações de conformidade dos processos de pensão, contendo os apontamentos e as recomendações para as devidas providências do setor responsável, encontra-se em acompanhamento.

6. FINANCEIRO/CONTABILIDADE

Compete ao setor Financeiro executar o orçamento aprovado observando os princípios orçamentários, em consonância com as legislações vigentes, visando atender com eficácia aos objetivos da Maringá Previdência.

6.1. Referência Normativa

- Lei Complementar nº 749/2008;
- Lei municipal nº 10.624/2018 – Diárias;
- Portaria nº 823/2025 - GAPRE – Diárias.

Para verificação da conformidade dos processos financeiros/contábeis, observa-se a necessidade de atender aos seguintes controles:

- Legislações aplicáveis;
- Manual 17 - Financeiro e Contabilidade;
- Código de Ética.

6.2. Avaliação de conformidade dos processos

Foram analisados relatórios acerca da execução orçamentária no sistema Oxy e

quanto às contribuições previdenciárias dos segurados.

6.2.1. Execução Orçamentária

O Balancete da Receita, no 1º trimestre, aponta que estão lançados os registros dos recolhimentos das contribuições, que ocorreram por parte patronal e do servidor civil ativo, servidor civil inativo e pensionista, servidores cedidos e licenciados, sendo classificados pelas entidades Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Maringá Previdência, AMR, IAM e IPPLAM.

Igualmente, estão lançados os registros das receitas de compensação previdenciária, parcelamentos, multas e juros.

6.2.1.1. Resultado da Execução Orçamentária - Receitas

Conforme Balancete da Receita, no 1º trimestre a arrecadação segue conforme tabela abaixo:

RECEITA	PREVISÃO NO PERÍODO	REALIZAÇÃO NO PERÍODO	RESULTADO (%)
Contribuições	42.668.281,60	40.275.847,90	94,39%
Patrimonial	40.267.530,00	35.303.656,03	87,67%
Retorno com Empréstimo Consignado	2.073.600,00	181.077,30	8,73%
Taxa de Administração	2.438.197,08	2.335.707,87	95,80%
Outras Receitas	4.384.615,38	9.632.270,67	219,68%
TOTAL	91.832.224,06	87.728.559,77	95,53%

Conforme balancete de receitas, a arrecadação ficou 4,47% abaixo do previsto para o período. Dos valores cadastrados como “outras receitas”, R\$ 9.632.270,67, referem-se aos valores de compensação previdenciária.

O art. 59, da Lei Complementar nº 749/2008 (alterado pela Lei Complementar nº 1.416/2023) determina que a contribuição normal do Município será de 15,68% sobre o total das remunerações de contribuição dos ativos do Fundo Financeiro e de 15,68% sobre o total das remunerações de contribuição dos ativos do Fundo Previdenciário, distribuídos da seguinte forma: 14% para o custeio do plano previdenciário e 1,68% de taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social.

Conforme o art. 28-A, da Lei Complementar nº 749/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.416/2023, 5% da taxa de administração será para despesas com a certificação institucional do RPPS no Pró-Gestão e para certificação profissional, capacitação e atualização de seus dirigentes, gestor dos recursos e membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

6.2.1.2. Resultado da Execução Orçamentária - Despesas

De acordo com o Balancete das Despesas, os valores do 1º trimestre seguem conforme tabela abaixo:

DESPESA	PREVISÃO NO PERÍODO (R\$)	REALIZAÇÃO NO PERÍODO (R\$)	RESULTADO (%)
Pessoal e encargos	81.999.720,00	74.203.558,85	90,49%
Outras despesas	6.356.428,5	2.754.672,24	43,34%
TOTAL	88.356.148,5	76.958.231,09	87,10%

Conforme balancete de despesas, o valor realizado ficou 12,9% abaixo do previsto para o período.

Verificou-se, de acordo com o Relatório de Movimentos de Restos a Pagar, que no período foram liquidados R\$ 399.493,63.

6.2.2. Ordem Cronológica de Pagamentos

Quanto aos pagamentos dos servidores ativos, inativos e pensionistas do RPPS, verificou-se que seguiram o mesmo cronograma praticado pelo Poder Executivo Municipal.

MÊS	DATA DE PAGAMENTO
Janeiro	30/01/2026
Fevereiro	27/02/2026
Março	25/03/2026

7. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O setor de Compensação Previdenciária e a Gerência Financeira atualizam o controle dos processos passíveis de compensação via processo SEI. Abaixo, seguem os valores de compensação correspondentes às competências dos meses de janeiro a março, considerando que o pagamento efetivo poderá ocorrer em até dois meses após a competência.

Recebimentos - Relatório do setor Compensação Previdenciária				Relatório Financeiro	
Referência	Fundo Repartição	Fundo Capitalização	Total Previsto	Valores atualizados	Situação
Janeiro	3.855.054,25	22.716,46	3.877.770,71	3.876.909,22	Recebido parcial
Fevereiro	1.116.357,53	42.566,57	1.158.924,10	1.158.270,59	Recebido parcial
Março	2.147.742,25	18.720,86	2.166.463,11	-	Competência aberta
TOTAL	7.119.154,03	84.003,89	7.203.157,92	5.035.179,81	

Seguem em acompanhamento, aguardando pagamento, 3 (três) contestações referentes ao 4º trimestre de 2025 e 2 (duas) contestações referentes ao 1º trimestre de 2026, realizadas no sistema COMPREV.

Segue abaixo o controle dos valores de compensação por fundo pagos/a pagar:

Pagamentos por fundo - Relatório do setor Compensação Previdenciária			
Referência	Fundo Repartição	Fundo Capitalização	Total
Janeiro	104.395,04	283,79	104.678,83
Fevereiro	131.654,56	283,79	131.938,35
Março	147.287,18	283,79	147.570,97
Total	383.336,78	851,37	384.188,15

Pagamentos - Relatório Financeiro			
Referência	Valor pago (Compensado)	Valor pago (Transferência)	Situação
Janeiro	56.138,43	48.540,4	Pagamento realizado
Fevereiro	57.080,46	74.857,89	Pagamento realizado
Março	-	-	Competência aberta
Total	113.218,89	123.398,29	

8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A Gestão dos Investimentos da Maringá Previdência tem como principais envolvidos o Comitê de Investimentos, Gestor de Recursos, Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal. O Comitê de Investimentos da Maringá Previdência em conjunto com o Gestor de Recursos, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025 e Portaria 1.467/2022, elabora anualmente a Política de Investimentos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração e publicada no site institucional da Maringá Previdência.

Conforme estabelecido na Política de Investimentos, o valor esperado de rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores da Maringá Previdência, ou seja, a META DE RENTABILIDADE para 2026 é de IPCA + 5,92% (cinco vírgula noventa e dois por cento).

Para verificação da conformidade observa-se a necessidade de atender aos seguintes controles:

- Política de Investimentos;
- Código de Ética;
- Legislações aplicáveis;
- Manual 006 - Elaboração e aprovação da Política de Investimentos;
- Manual 007 - Aprovação de aplicação ou resgate.

8.1. Referência Normativa

- a. Lei Complementar nº 749/2008;
- b. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 5.272/2025;
- c. Portaria 1.467/2022 e suas alterações;
- d. Decreto 125/2022 - Regimento Interno do Comitê de Investimentos;
- e. Portaria 16/2025 - Nomeação do Comitê de Investimentos;
- f. Decreto 1.178/2024 - Regimento Interno do Conselho de Administração;
- g. Portaria 42/2019 - Código de Ética da Maringá Previdência;
- h. Política de Investimentos 2026.

8.2. Avaliação de conformidade dos processos

As verificações de conformidade basearam-se nos Relatórios Analíticos da Consultoria de Investimentos e atas do Comitê de Investimentos, referentes ao período de janeiro a março.

A carteira consolidada, considerando os limites da Resolução, alcançou **R\$1.367.991.490,81** ao final do 1º trimestre. Os investimentos em títulos públicos (7, III) totalizaram R\$ 1.041.567.964,56 em março, ou seja, 76,14% do total da carteira.

A carteira no mês de março, por classe de aplicação, segue:

CLASSE	PERCENTUAL DA CARTEIRA (%)	MONTANTE (R\$)
Renda Fixa	94,36%	1.290.827.331,28
Estruturados	2,80%	38.241.385,48
Renda Variável	2,36%	32.344.167,98
Exterior	0,32%	4.413.415,04
Fundos Imobiliários	0,16%	2.165.191,03
TOTAL	100%	1.367.991.490,81

Para fins de apuração da aderência à meta atuarial, consideram-se apenas os ativos do **fundo em capitalização**, por serem os que efetivamente financiam as obrigações atuariais. Dessa forma, o 1º trimestre de 2026 encerrou com rentabilidade acumulada positiva de **2,79%**, resultando em um montante aproximado de R\$ 36 milhões. A rentabilidade esteve abaixo da meta atuarial prevista, que foi de **3,40%**, conforme demonstrado a seguir:

MÊS	META	RENTABILIDADE	VALOR (R\$)
Janeiro	0,81%	1,00%	13.084.882,75
Fevereiro	1,18%	0,82%	9.862.926,63
Março	1,36%	0,94%	13.384.717,78

	META	RENTABILIDADE (%)	RENTABILIDADE (R\$)
ACUMULADO 2026	3,40%	2,79%	36.332.527,16

Conforme ata nº 7/2026 do Comitê de Investimentos, os principais vetores negativos de desempenho concentraram-se nos ativos de renda variável, com destaque para fundos atrelados ao mercado externo, que registraram retorno médio negativo superior a 4%, e fundos vinculados ao mercado doméstico, com retorno médio negativo em torno de 6%.

A carteira de empréstimo consignado alcançou R\$ 7.635.592,22 em contratos concedidos, esses valores não constaram nos relatórios da consultoria.

9. CANAIS DE ATENDIMENTO

A Maringá Previdência possui os canais de atendimento: “Fale conosco” e Ouvidoria no site, WhatsApp, e-mail de contato, caixa de: sugestões, reclamações, denúncias e elogios, além de formulário de avaliação de atendimento. Além disso, os principais atendimentos passaram a ser registrados em planilha de acompanhamento.

No 1º trimestre de 2026, os atendimentos registrados foram:

Mês	Presencial	Telefone / Online	Visita Domiciliar	Total
Janeiro	547	100	-	647
Fevereiro	430	104	32	566
Março	674	161	34	869
Total	1651	365	66	2082

Não houve registros na ouvidoria.

10. LICITAÇÕES E CONTRATOS

No 1º trimestre foram realizados: 5 (cinco) processos de Inexigibilidade.

Data de abertura	Modalidade	Número	Valor Homologado (R\$)	Situação	Objeto
18/02/2026	Inexigibilidade	1/2026	4.420,00	Homologada	Contratação da Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios – APEPREV, para realização de 4 inscrições para o evento RPPS 2026: o que Fazer?, contemplando 3 membros do Conselho Administrativo e 1 membro do Conselho Fiscal da Maringá Previdência.
26/02/2026	Inexigibilidade	2/2026	10.450,00	Homologada	Contratação da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM, para realização de 10 inscrições para o 8º Congresso de Investimentos dos RPPS da ABIPEM, contemplando 1 membro do Conselho de Administração, 3 membros do Conselho Fiscal e 6 servidores da Maringá Previdência.
12/03/2026	Inexigibilidade	3/2026	2.788,00	Homologada	Contratação da LEMA TREINAMENTOS LTDA, para realização de 4 inscrições no curso Aprova RPPS, contemplando 2 servidores e 2 membros da diretoria executiva da Maringá Previdência.

Data de abertura	Modalidade	Número	Valor Homologado (R\$)	Situação	Objeto
26/03/2026	Inexigibilidade	4/2026	8.400,00	Homologada	Contratação da Meta Cursos e Treinamentos LTDA, para inscrição de 3 servidoras da Maringá Previdência no curso Gestão do eSocial na Administração Pública.
26/03/2026	Inexigibilidade	5/2026	1.200,00	Homologada	Contratação da Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios - APEPREM, para inscrição de 1 servidora da Maringá Previdência no 22º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM.

11. PRÓ-GESTÃO - ADERÊNCIA NÍVEL II

A Maringá Previdência conta com a Certificação Nível II do PRÓ-GESTÃO - Programa de Certificação Institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social, regularmente renovada em 2025. O Programa é pautado em três dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

11.1. Avaliação de conformidade dos processos

Como forma de acompanhamento do PRÓ-GESTÃO, avalia-se a conformidade das áreas mapeadas, manualizadas e todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como verifica-se as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas tendo como base o Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.0, em vigência a partir de 4 de fevereiro de 2026.

Com base nos processos verificados, documentos, informações apuradas diretamente com os servidores de cada setor, os requisitos foram avaliados por dimensão do PRÓ-GESTÃO.

11.1.1. Controles Internos

A análise da dimensão Controles Internos aconteceu com base nas ações e requisitos, conforme quadro abaixo:

CONTROLES INTERNOS		
SEÇÃO	AÇÕES E REQUISITOS - NÍVEL II	STATUS
3.1.1 e 3.1.2	MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO Os procedimentos internos seguem de acordo com o mapeamento e manualização?	✓
3.1.3	CERTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES E MEMBROS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS Os Dirigentes, Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, o Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos estão devidamente certificados?	✓

CONTROLES INTERNOS		
3.1.4	ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO Estrutura de Controle Interno com emissão de relatórios?	✓
3.1.5	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO A Política de Segurança da Informação cumpre com os requisitos?	✓
3.1.6	GESTÃO E CONTROLE DA BASE DE DADOS CADASTRAIS São executados procedimentos de Recenseamento Previdenciário de Ativos e Inativos?	✓

Quanto a Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas, a Maringá Previdência realizou Censo Previdenciário para todos servidores ativos e inativos e pensionistas em 2023 e realiza o Recadastramento Anual de todos os aposentados e pensionistas, no mês de aniversário:

RECADASTRAMENTO – CAMPANHAS DE JANEIRO A MARÇO 2026			
TIPO	ONLINE	PRESENCIAL	TOTAL
APOSENTADOS	430	496	926
PENSIONISTAS	74	119	193
TOTAL	504	615	1.119

O batimento no sistema SIRC é realizado uma vez por mês para verificação de óbitos na base de beneficiários da Maringá Previdência.

Os envios de informações ao Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (e-Social) estão em dia. O Departamento de Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS) elaborou uma classificação de risco, com base nos eventos de folha de pagamento dos servidores ativos (S-1202) e inativos (S-1207), em comparação com a quantidade de servidores informados no último Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) enviado por meio do CADPREV e Maringá, na extração de 01/2026, apresenta classificação de risco com "BOM NÍVEL DE ENVIOS" .

Conforme exigência do requisito 3.1.3 do Pró-Gestão, de acordo com o art. 8º-B, da Lei Federal nº 9.717/1998 e o art. 76 da Portaria 1.467/2022, a Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Investimentos e o Gestor de Recursos, no 1º trimestre, contavam com as certificações apresentadas conforme quadros a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO 2026-2029			
MEMBROS	FORMAÇÃO	CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
Denis Roberto Biasoto	Direito	CP RPPS CODEF II	30/03/2030
Douglas Galvão Villardo (Presidente)	Direito	CP RPPS CODEL I	26/04/2027
Edson Testi Barandas	Administração Ciências Contábeis	CP RPPS COFIS I	24/07/2027
Egídio Francisco Salça	Administração	CP RPPS CODEF II	10/03/2030

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO 2026-2029			
Hermes Salgueiro da Silva	Direito	CP RPPS CODEL I	27/01/2027
Renata Dias de Souza Gomes	Administração	CP RPPS CODEF I	13/11/2029
Robison Caldardo Glade	Direito Ciências Contábeis	CP RPPS CODEF I	10/12/2029
Wenderson Pino Perez	Administração	CP RPPS CODEL I	11/10/2027

CONSELHO FISCAL - MANDATO 2026-2029			
MEMBROS	FORMAÇÃO	CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
Ademir Aparecido Antonelli	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	11/12/2029
Arthur Magalhães Campelo Junio	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	08/12/2029
João Ismael Altoé	Direito	CP RPPS COFIS I	05/01/2028
Wilson Antonio Braz (Presidente)	Ciências Contábeis	CP RPPS CODEL I	13/09/2027

Verificou-se que os Dirigentes da Maringá Previdência e o Gestor de Recursos, no 1º trimestre, apresentavam as certificações regulares:

DIRETORIA EXECUTIVA			
DIRIGENTES	FORMAÇÃO	CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
Edson Paliari Diretor-Presidente	Ciências Econômicas	CP RPPS CODEL II CP RPPS DIRIG I	19/04/2027 28/02/2029
José da Silva Neves Diretor de Gestão Previdenciária e Financeira	Direito	CP RPPS DIRIG I	25/02/2029
David Marlon da Silva Diretor Administrativo e de Patrimônio	Direito	CCP - CP RPPS DIRIG I	13/04/2030

GESTOR DE RECURSOS			
GESTOR	FORMAÇÃO	CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
José da Silva Neves	Direito	CP RPPS CGINV I	28/08/2028

Os membros do Comitê de Investimentos possuem certificação, conforme requisitos exigidos:

COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
MEMBRO	CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
Edimar de Oliveira Carvalho	CP RPPS CGINV I	20/04/2027

Patrícia Dias Lopes	CP RPPS CGINV II	27/02/2028
Elisângela da Silva Candil	CP RPPS CGINV I	22/12/2027
Tatiane Gonçalves Damasceno	CP RPPS CGINV I	10/02/2029
Leandro dos Santos Domingos	CP RPPS CGINV III	26/06/2029

11.1.2. Governança Corporativa

A análise da dimensão Governança Corporativa aconteceu com base nas ações e requisitos, conforme segue:

GOVERNANÇA CORPORATIVA		
SEÇÃO	AÇÕES E REQUISITOS - NÍVEL II	STATUS
3.2.1	RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA Elabora e publica semestralmente o relatório?	✓
3.2.2	PLANEJAMENTO Elabora Plano de Ação Anual, com metas por área?	✓
3.2.3	RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL Elabora Relatório de Gestão Atuarial?	Em andamento
3.2.4	CÓDIGO DE ÉTICA Mantém e divulga Código de Ética na unidade gestora?	✓
3.2.5	POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE A Maringá Previdência realiza perícias dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente?	✓
3.2.6	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS O comitê de Investimentos elabora relatórios mensais e anuais de investimentos?	✓
	O Comitê de Investimentos realiza Cronograma mensal das atividades?	✓
	O Comitê de Investimentos realiza relatórios semestrais de diligências?	✓
	O Comitê de Investimentos utiliza metodologia ALM?	✓
3.2.7	COMITÊ DE INVESTIMENTOS Todos os Membros são vinculados ao RPPS?	✓
3.2.8	TRANSPARÊNCIA A Maringá Previdência divulga os documentos e informações mínimos aos requisitos do PRÓ-GESTÃO?	✓
3.2.9	DEFINIÇÃO DE LIMITES DE ALÇADAS Pelo menos 2 (dois) responsáveis assinam em conjunto todos os atos relativos a investimentos?	✓

3.2.10	SEGREGAÇÃO DAS ATIVIDADES Há segregação das atividades de concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios?	✓
3.2.11	OUVIDORIA O ente possui "fale conosco" e Servidor exercendo função de Ouvidor?	✓
3.2.12	DIRETORIA EXECUTIVA A Diretoria Executiva possui formação em Nível superior e atende requisitos previstos no art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990?	✓
3.2.13	CONSELHO FISCAL Todos os membros do Conselho Fiscal comprovam atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990?	✓
3.2.14	CONSELHO DELIBERATIVO Todos os membros do Conselho Deliberativo comprovam atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990?	✓
3.2.15	MANDATO, REPRESENTAÇÃO E RECONDUÇÃO A legislação define o processo de escolha para composição da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal?	✓
3.2.16	GESTÃO DE PESSOAS A Maringá Previdência possui quadro próprio de servidores?	✓

O Relatório de Governança Corporativa é emitido semestralmente. A edição referente ao 2º semestre de 2025 foi apresentada ao Conselho Fiscal na Reunião nº 05/2026 e ao Conselho de Administração na Reunião nº 07/2026 e encontra-se disponível no site.

A Portaria 1.467/2022, reitera a necessidade de comprovação, pelos dirigentes da unidade gestora do RPPS, membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS, aos requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, para sua nomeação ou permanência. A comprovação quanto a não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas, é exigida a cada 4 (quatro) anos. Todas as declarações da Diretoria Executiva, Gestor de Recursos, Conselheiros e membros do Comitê de Investimentos encontram-se válidas.

O relatório de diligências referente ao 2º semestre de 2025 encontra-se disponível no site.

No ano de 2024 foi aprovado o Planejamento Estratégico da Maringá Previdência para o período de 2025 a 2029.

11.1.2.1. Transparência

Em conformidade com as exigências da Lei de Acesso à Informação LAI (Lei nº 12.527/2011), a Maringá Previdência mantém seu website atualizado e sua versão atual possui boa usabilidade, facilitando o acesso às informações.

O quadro a seguir avalia, nos requisitos do Pró-Gestão e da LAI (Lei nº 12.527/2011), a divulgação dos documentos e informações, por meio de publicação no site e/ou Portal Transparência:

ITEM	SITUAÇÃO
Regimentos internos e atas dos órgãos colegiados	✓
Certidões negativas de tributos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS	✓
Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP	✓
Relatório de Governança Corporativa	✓
Cronograma de ações de educação previdenciária	✓
Cronograma das reuniões dos órgãos colegiados	✓
Código de Ética	✓
Demonstrações financeiras e contábeis (periodicidade: mensal)	✓
Avaliação atuarial anual	✓
Informações relativas a procedimentos licitatórios e contratos administrativos	✓
Plano de Ação Anual	✓
Política de Investimentos	✓
Relatórios de controle interno trimestral	✓
Relação das entidades escolhidas para receber investimentos, credenciadas	✓
Relatórios mensais e anuais de investimentos	✓
Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo	✓
Relatório Semestral do Regime de Previdência Complementar	✓
Composição mensal da carteira de investimentos, por segmento e ativo.	✓
Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público	✓
Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros	✓
Registros das despesas	✓
Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades	✓
Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade	✓
Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão	✓
Possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações	✓
Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	✓
Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	✓

ITEM	SITUAÇÃO
Garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso	✓
Manter atualizadas as informações disponíveis para acesso	✓

11.1.3. Educação Previdenciária

A análise da dimensão Educação Previdenciária aconteceu com base nas ações e requisitos, conforme abaixo:

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
SEÇÃO	AÇÕES E REQUISITOS - NÍVEL II	STATUS
3.3.1	PLANO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO A Maringá Previdência possui Plano de Capacitação para Servidores, Dirigentes e Conselheiros?	✓
3.3.2	AÇÕES DE DIÁLOGO COM OS SEGURADOS E A SOCIEDADE Mantém Cartilha previdenciária, informativos e realiza programas dirigidos aos segurados?	✓
	Realiza Audiência Pública Anual para divulgação do Relatório de Governança, dos resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial?	✓

11.1.3.1. Plano de ação de capacitação

O Plano de Capacitação da Maringá Previdência é anual e estabelece diretrizes para as ações de capacitação dos servidores do RPPS, seus dirigentes e conselheiros, definindo temas, metodologias e critérios a serem utilizados para o desenvolvimento profissional, em consonância com os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as políticas de desenvolvimento de pessoas.

No 1º trimestre de 2026, o acompanhamento das metas do Plano de Capacitação foi atualizado conforme detalhamento a seguir:

META	QTD. TOTAL	REALIZADO	META ANUAL	ÍNDICE ALCANÇADO
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para novos servidores/ gestores.	2	2	100%	100%
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para servidores.	20	10	50%	50%
Meta 2: Capacitação sobre as regras de aposentadoria e pensão por morte os servidores que atuam na área de concessão de benefícios.	7	4	100%	57,14%
Meta 3: Capacitação sobre investimentos para os servidores que atuam na área.	9	8	100%	88,89%
Meta 4: Capacitação em gestão previdenciária para servidores.	22	4	50%	18,18%
Meta 5: Capacitação sobre as atribuições e responsabilidades dos conselheiros	12	0	100%	0%

META	QTD. TOTAL	REALIZADO	META ANUAL	ÍNDICE ALCANÇADO
Meta 6: Capacitação dos conselheiros nas áreas do RPPS	12	8	100%	66,67%
Meta 7: Capacitação específica para atuações nas demais áreas do RPPS.	22	5	60%	22,73%

As capacitações realizadas no 1º trimestre, por servidor, foram:

Servidor	Área da capacitação	Capacitação	Presencial / EAD	Carga horária
Alessandra de Oliveira Cabral Gomes	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Ana Rita Vomstein	Formação Básica em RPPS	Evolução da Previdência Social	EAD	3h
Ana Rita Vomstein	Outras áreas do RPPS	Comunicação não violenta - Unicorp	Presencial	8h
Bárbara Garcia Schneider	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Bárbara Garcia Schneider	Outras áreas do RPPS	Comunicação não violenta - Unicorp	Presencial	8h
David Marlon da Silva	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Dayane Cristina Deretti Guerra	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Edimar de Oliveira Carvalho	Gestão previdenciária / Investimentos	APROVA RPPS	EAD	15h
Edson Paliari	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Edson Paliari	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Edson Paliari	Gestão previdenciária / Investimentos	APROVA RPPS	EAD	15h
Elisangela da Silva Candil	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Felicia Yumiko Hayashi Belato Vieira	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante	Outras áreas do RPPS	Comunicação não violenta - Unicorp	Presencial	8h
José da Silva Neves	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
José da Silva Neves	Gestão previdenciária / Investimentos	APROVA RPPS	EAD	15h
Leandro dos Santos Domingos	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Marcio Douglas Rissato Maia	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Marcio Douglas Rissato Maia	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Marcio Douglas Rissato Maia	Gestão previdenciária / Investimentos	APROVA RPPS	EAD	15h

Servidor	Área da capacitação	Capacitação	Presencial / EAD	Carga horária
Patrícia Dias Lopes	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Raphael Rodrigues Romero	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Rosângela Maria de Andrade Zandonadi da Silva	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Sinádia Batista Silva	Outras áreas do RPPS	Comunicação não violenta - Unicorp	Presencial	8h
Tatiane Gonçalves Damasceno	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Tatiane Gonçalves Damasceno	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Tatiane Gonçalves Damasceno	Outras áreas do RPPS	Comunicação não violenta - Unicorp	Presencial	8h
Vinícius Arcolezi da Mota	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h

As capacitações realizadas pelos Conselheiros no período foram:

Conselheiro	Área da capacitação	Capacitação	Presencial / EAD	Carga horária
Ademir Aparecido Antonelli	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Ademir Aparecido Antonelli	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Arthur Magalhães Campelo Júnior	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Arthur Magalhães Campelo Júnior	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Denis Roberto Biasotto	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	RPPS 2026: O que fazer?	Presencial	16h
Edson Testi Barandas	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Presencial	8h
Edson Testi Barandas	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h
Hermes Salgueiro da Silva	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	RPPS 2026: O que fazer?	Presencial	16h
João Ismael Altoé	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	RPPS 2026: O que fazer?	Presencial	16h
Robison Caldardo Glade	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	RPPS 2026: O que fazer?	Presencial	16h
Wilson Antonio Braz	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Presencial	16h

11.1.3.2. Ações de diálogo com os segurados e a sociedade

A Maringá Previdência realiza ações de diálogo com os segurados e a sociedade, por meio de programas sociais. Conforme informado pelo setor competente, no 1º trimestre

foram realizados os seguintes projetos:

Tarde de cinema - O evento reuniu aposentados e pensionistas do município em um momento especial de confraternização e entretenimento. Realizado em 23 de janeiro de 2026, contou com a exibição do filme “Tempos Modernos”, clássico do cinema mundial estrelado por Charles Chaplin. A escolha da obra proporcionou não apenas entretenimento, mas também reflexão sobre temas como trabalho, dignidade humana e os desafios da vida moderna, dialogando diretamente com a trajetória dos participantes.

4º Seminário de Educação Previdenciária da Maringá Previdência - O projeto tem como objetivo orientar os servidores públicos municipais acerca do funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), proporcionando conhecimento sobre direitos e deveres, planejamento previdenciário e educação financeira. A iniciativa busca fortalecer a compreensão da previdência como política pública, além de incentivar decisões mais conscientes ao longo da vida funcional. O evento foi realizado em 25 de fevereiro de 2026 e contou com a presença de 190 participantes.

City tour jardineira - Em 26 de março de 2026, aposentados e pensionistas da Maringá Previdência participaram de mais uma edição especial do City Tour. O passeio incluiu visitas a pontos turísticos do município, incluindo a Capela Subterrânea São Francisco Xavier e o Mural Portalha, locais que representam a história, a cultura e a identidade de Maringá, com destaque para explicações históricas conduzidas pela aposentada Maria Madalena Martins Alves e uma aula de Tai Chi no Parque do Japão, ministrada pelo professor Mestre Jorge Sena, proporcionando momentos de aprendizado, integração e bem-estar aos participantes.

12. **CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES E ENVIO DE INFORMAÇÕES**

O cumprimento do calendário de envio de informações e obrigações ocorreu conforme apresentado abaixo.

Data limite	Informações	Periodicidade	Envio / Apresentação
15/01/2026	Esocial - Dezembro 2025	Mensal	Envio 08/01/2026
30/01/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - DEZEMBRO	Mensal	Ata nº 03/2026 - Conselho Fiscal
31/01/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: DEZEMBRO 2025	Mensal	Enviado ao CADPREV 29/01/2026
31/01/2026	DIPR - Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses: 6º BIMESTRE 2025	Bimestral	Enviado ao CADPREV 23/01/2026
15/02/2026	Esocial - Janeiro 2026	Mensal	Envio 13/02/2026

Data limite	Informações	Periodicidade	Envio / Apresentação
28/02/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: JANEIRO	Mensal	Enviado ao CADPREV 24/02/2026
28/02/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - JANEIRO	Mensal	Ata nº 04/2026 - Conselho Fiscal
15/03/2026	Esocial - Fevereiro 2026	Mensal	Envio 12/03/2026
31/03/2026	DIPR - Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses: 1º BIMESTRE 2026	Bimestral	Enviado ao CADPREV 30/03/2026
31/03/2026	DRAA - Demonstrativo de resultado da Avaliação Atuarial/ Avaliação Atuarial - Exercício 2026	Anual	Enviado ao CADPREV 30/03/2026
31/03/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - FEVEREIRO	Mensal	Ata nº 05/2026 - Conselho Fiscal
15/04/2026	Esocial - Março 2026	Mensal	Envio 09/04/2026

A Maringá Previdência foi classificada com "**bom nível de envios**" de informações ao E-social na matriz de classificação de risco divulgada pelo Departamento de Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS).

13. AVALIAÇÃO ATUARIAL

O Relatório de Avaliação Atuarial, referente ao ano-base 2026, foi realizado com a base de dados dos segurados da Maringá Previdência e data focal posicionadas em 31 de dezembro de 2025. O estudo foi desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e contempla a atualização da avaliação atuarial em razão da implementação do novo Plano de Custeio ocorrida em 2025. Nesse contexto, a Avaliação Atuarial de 2026, bem como a Nota Técnica Atuarial (NTA 2026), consideram as novas datas de corte estabelecidas em 1º de janeiro de 2015 para os servidores ativos e em 1º de janeiro de 2021 para os aposentados e pensionistas.

O Plano de Benefícios oferecido aos segurados da Maringá Previdência, as condições de elegibilidade e demais disposições envolvidas estão dispostas na Lei Complementar nº 1.517, de 22 de dezembro de 2025, que implementou a reforma da previdência e promoveu a revisão da segregação da massa dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maringá/PR.

A taxa de juros utilizada na avaliação atuarial e consequentemente como parâmetro para definição da Meta Atuarial para a Política de Investimentos do exercício de 2026 deve seguir a definição trazida pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pela Portaria MPS nº 2.010/2025, as quais adotam como critério a duração do passivo do RPPS. Após análise atuarial do passivo, o resultado aponta para uma Duration de 26,18 anos, portanto a taxa de juros parâmetro indicada, segundo a Portaria MPS nº 2.010/2025 é de 5,62% a.a. Para se determinar a taxa de juros parâmetro final para o exercício de 2025, é permitido adicionar ao valor encontrado 0,15% para cada ano em que o RPPS bateu a meta atuarial no período de 2020 até 2024. Assim, como

a meta atuarial foi atingida nos anos de 2023 e de 2024, no período mencionado, é possível adicionar 0,30% a.a. na taxa de juros parâmetro apurada, para obter a meta atuarial final para 2026 em 5,92% a.a.

A seguir estão os dados extraídos do Relatório de Avaliação Atuarial, desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

13.1. **Fundo em Capitalização**

As alíquotas de contribuição normal atualmente praticadas estão definidas em 14% (quatorze por cento) para a alíquota patronal e 14% (quatorze por cento) para alíquota de contribuição funcional, somando-se assim uma alíquota de contribuição normal total de 28% (vinte e oito por cento). Além do percentual de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) referentes à taxa de administração do Instituto de Previdência. O quadro de segurados do Fundo em Capitalização atual apresentou as seguintes quantidades e valores:

Segurado	Qtde.	%	Idade Média	Salário Médio (em R\$)	Folha de Pagamento (em R\$)	%	Quantidade Dependentes
Ativos comum	3.531	51,58	41,12	3.410,79	12.043.494,10	49,4	1.904
Ativos Especial	1.694	24,74	41,23	2.750,70	4.659.680,50	19,11	991
Total Ativos	5.225	76,32	41,16	3.196,78	16.703.174,60	68,65	2.895
Aposentados	1.299	18,97	62,09	5.087,99	6.609.301,47	27,11	1.127
Pensionistas	322	4,7	56,33	3.314,74	1.067.347,32	4,38	0
Total	6.846	100	45,84	3.561,18	24.379.823,39	100	4.022

Tabela integrante do Relatório de Avaliação Atuarial Ano Base: 2026, Data Base: 31/12/2025

Os resultados atuariais apurados pelo estudo da Fipe para o Fundo em Capitalização estão apresentados na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	Valor em R\$
Valor Atual dos Salários Futuros	5.634.528.514,27
Ativo Fundo em Capitalização	1.315.591.327,35
Provisões Matemáticas Previdenciárias	372.551.750,27
Provisões para Benefícios Concedidos	1.055.812.594,66
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	1.185.116.825,34
Contribuições do Inativo	21.439.585,43
Contribuições do Pensionista	1.204.143,99
Compensação Previdenciária	106.660.501,26
Provisões para Benefícios a Conceder	683.260.844,39
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	982.424.472,91
Contribuições do Ente	858.133.510,85

DESCRIÇÃO	Valor em R\$
Contribuições do Ativo	766.190.965,46
Compensação Previdenciária	41.360.840,99
Resultado Atuarial Superavitário	943.039.577,08

Tabela integrante do Relatório de Avaliação Atuarial Ano Base: 2026, Data Base: 31/12/2025

Observa-se então que o resultado atuarial, ou seja, a diferença entre o Ativo do Fundo e as Provisões Matemáticas Totais, apresentou **superávit atuarial de R\$ 943.039.577,08** (novecentos e quarenta e três milhões, trinta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e oito centavos), o que demonstra que o atual **Fundo em Capitalização apresenta elevado superávit atuarial**, apurado principalmente em decorrência da atualização das premissas realizada. Tais premissas combinadas proporcionam um cenário mais próximo da realidade que se espera observar na evolução do plano de previdência da Maringá Previdência.

Observa-se uma estimativa de crescimento no exercício de 2026 no valor dos ativos garantidores de cerca de R\$ 45 milhões (quarenta e cinco milhões de reais), que representam o superávit financeiro do Fundo em Capitalização.

13.1.1. Fundo em Capitalização – Parecer Atuarial

Observou-se aumento no superávit atuarial do Fundo em Capitalização, que era de R\$ 909.136.989,18 (novecentos e nove milhões, cento e trinta e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos) e foi para R\$ 943.039.577,08 (novecentos e quarenta e três milhões, trinta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e oito centavos) no atual estudo, de forma que é possível constatar que existe Equilíbrio Financeiro e Atuarial neste plano e que os resultados vêm melhorando.

Assim, não se faz necessário tomar medidas de equacionamento de déficit atuarial, sendo que a recomendação do atuário é a manutenção do modelo de segregação da massa vigente na Maringá Previdência, com possibilidade de realização de estudo de revisão desta segregação, dado o elevado superávit atuarial existente, somado ao superávit financeiro observado.

13.2. Fundo em Repartição

As alíquotas de contribuição normal atualmente praticadas estão definidas em 14% (quatorze por cento) para a alíquota patronal e 14% (quatorze por cento) para alíquota de contribuição funcional, somando-se assim uma alíquota de contribuição normal total de 28% (vinte e oito por cento). Além do percentual de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) referentes à taxa de administração do Instituto de Previdência. O quadro de segurados do Fundo em Repartição atual apresentou as seguintes quantidades e valores:

Segurado	Qtde.	%	Idade Média	Salário Médio (em R\$)	Folha de Pagamento (em R\$)	%	Quantidade Dependentes
Ativos comum	4.578	48,69	49,97	5.012,39	22.946.742,15	50,69	2.798
Ativos Especial	1.479	15,73	49,99	4.095,87	6.057.785,00	13,38	921
Total Ativos	6.057	64,42	49,97	4.788,60	29.004.527,15	64,08	3.719
Aposentados	2.761	29,36	69,71	5.127,64	14.157.411,53	31,28	1.849
Pensionistas	585	6,22	67,4	3.595,49	2.103.362,73	4,65	0
Total	9.403	100	56,85	4.813,92	45.265.301,41	100	5.568

Os resultados atuariais apurados para o Fundo em Repartição estão apresentados na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	Valor em R\$
Valor Atual dos Salários Futuros	4.001.388.640,46
Ativo Fundo em Repartição	1.536.918,64
Provisões Matemáticas Previdenciárias	1.536.918,64
Provisões para Benefícios Concedidos	1.536.918,64
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	2.160.872.745,84
Contribuições do Inativo	54.306.416,57
Contribuições do Pensionista	4.293.482,85
Compensação Previdenciária	194.478.532,62
Cobertura da Insuficiência Financeira	1.906.257.395,16
Provisões para Benefícios a Conceder	-
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	1.730.392.929,77
Contribuições do Ente	561.785.764,07
Contribuições do Ativo	501.594.801,00
Compensação Previdenciária	140.644.596,46
Cobertura da Insuficiência Financeira	526.367.768,24
Resultado Atuarial Equilibrado	0

Observa-se que a somatória das insuficiências financeiras ao longo de todos os

anos da projeção é equivalente ao valor do déficit atuarial apresentado anteriormente, ou seja, R\$ 2.432.625.163,40 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos).

13.2.1. Fundo em Repartição – Parecer Atuarial

É possível constatar que houve diminuição no déficit atuarial entre o estudo de implementação da segregação da massa e o atual estudo, onde o déficit atuarial anterior era de R\$ 2.513.419.435,56 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e foi para R\$ 2.432.625.163,40 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos). O Fundo em Repartição é custeado em regime financeiro de repartição simples, onde o Ente Federativo assume integral responsabilidade pela cobertura das insuficiências financeiras mensalmente, de forma que não é preciso tomar providências adicionais para promover o Equilíbrio Financeiro e Atuarial. A recomendação do atuário é a manutenção do atual modelo de equacionamento do déficit atuarial existente.

Finalmente, recomendou-se a manutenção do atual modelo de equacionamento do déficit atuarial existente, representado pela segregação da massa dos segurados da Maringá Previdência, implementada pela Lei Complementar nº 1.517, 22 de dezembro de 2025.

14. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP)

Verificou-se que, de acordo com Ministério da Previdência Social, Secretaria de Regime Próprio e Complementar, o Município está com o CRP nº 987691 - 252301 vigente e com validade até 07/09/2026.

15. CONCLUSÃO

Analizadas as evidências disponibilizadas via solicitação de informações às diversas áreas da Maringá Previdência, relatórios apresentados, informações publicadas no site da autarquia, as atas de reuniões mensais regulares, análise de processos de concessão de benefícios e informações obtidas por meio do diálogo mantido com cada setor, e considerando as adequações aplicadas mediante apontamentos, conclui-se que os procedimentos realizados no 1º trimestre estão em conformidade.

Maringá, 19 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Garcia Schneider, Controle Interno**, em 19/05/2026, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8202639** e o código CRC **3F3CFD43**.

Referência: Processo nº 03.31.00000275/2026.92

SEI nº 8202639